



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 31 DE MAIO DE 2002

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Ascenso Luís Seixas Simões
António João Rodeia Machado
Fernando Santos Pereira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Em debate mensal com o Parlamento, sobre o tema *Produtividade e Competitividade da Economia Portuguesa*, o Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso), após uma intervenção inicial, respondeu a questões colocadas pelos Srs. Deputados Eduardo Ferro Rodrigues (PS), Guilherme Silva (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), Carlos Carvalhas (PCP), Luís Fazenda (BE), Isabel Castro (Os Verdes), Jaime Gama (PS), Tavares Moreira (PSD), Miguel Ângcoreta Correia (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP), Jorge Co-

elho (PS), Machado Rodrigues (PSD), Miguel Coelho (PS) e Jorge Neto (PSD) e deu explicações aos Srs. Deputados Carlos Carvalhas (PCP) e António Costa (PS), que exerceram o direito regimental da defesa da honra da bancada, e ao Sr. Deputado Jorge Coelho (PS), que exerceu o direito regimental da defesa da honra pessoal.

Entretanto, em interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, usaram ainda da palavra, além do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes), os Srs. Deputados Bernardino Soares (PCP) e Guilherme d'Oliveira Martins (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Mimoso Negrão
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Gonçalo Trigo de Moraes de Albuquerque Reis
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Gustavo de Sousa Duarte
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa.
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José Antónlio Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva

José Luís Ribeiro dos Santos
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel dos Santos Alves
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 Laurentino de Sousa Esteves
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do O Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Victor do Couto Cruz
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva

Carlos Manuel Luís

Edite Fátima Santos Marreiros Estrela

Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita

Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues

Fausto de Sousa Correia

Fernando dos Santos Cabral

Fernando Pereira Serrasqueiro

Fernando Ribeiro Moniz

Francisco José Pereira de Assis Miranda

Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins

Gustavo Emanuel Alves de Figueiredo Carranca

Jaime José Matos da Gama

Jamila Bárbara Madeira e Madeira

João Barroso Soares

João Cardona Gomes Cravinho

João Rui Gaspar de Almeida

Joaquim Augusto Nunes Pina Moura

Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira

Jorge Lacão Costa

Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho

José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro

José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

José António Fonseca Vieira da Silva

José Apolinário Nunes Portada

José Augusto Clemente de Carvalho

José Carlos Correia Mota de Andrade

José da Conceição Saraiva

José Eduardo Vera Cruz Jardim

José Manuel de Medeiros Ferreira

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida

José Manuel Santos de Magalhães

José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros

José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa

Júlio Francisco Miranda Calha

Leonor Coutinho Pereira dos Santos

Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal

Luís Alberto da Silva Miranda

Luís Manuel Capoulas Santos

Luís Manuel Carvalho Carito

Luísa Pinheiro Portugal

Luiz Manuel Fagundes Duarte

Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira

Maria Amélia do Carmo Mota Santos

Maria Celeste Lopes da Silva Correia

Maria Cristina Vicente Pires Granada

Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa

Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina

Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos

Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro

Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta

Maria Isabel da Silva Pires de Lima

Maximiano Alberto Rodrigues Martins

Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque

Nelson da Cunha Correia

Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro

Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte

Paulo José Fernandes Pedrosa

Renato Luís de Araújo Forte Sampaio

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Rosalina Maria Barbosa Martins

Rui António Ferreira da Cunha

Rui do Nascimento Rabaça Vieira

Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Teresa Maria Neto Venda

Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva

Victor Manuel Bento Baptista

Vitalino José Ferreira Prova Canas

Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Acílio Domingues Gala

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca

Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

João Rodrigo Pinho de Almeida

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Luís José Vieira Duque

Narana Sinai Coissoró

Pedro Manuel Brandão Rodrigues

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues

António João Rodeia Machado

Bernardino José Torrão Soares

Bruno Ramos Dias

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Jerónimo Carvalho de Sousa

José Honório Faria Gonçalves Novo

Lino António Marques de Carvalho

Bloco de Esquerda (BE):

Francisco Anacleto Louçã

João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a ordem do dia de hoje é preenchida com o debate mensal do Sr. Primeiro-Ministro com a Assembleia da República, cujo tema versará sobre a produtividade e competitividade da economia portuguesa.

Para uma intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A estratégia do Governo, inscrita no Programa aprovado nesta Assembleia, visa três objectivos muito concretos.

O primeiro objectivo é pôr ordem nas contas públicas, sanear as finanças do Estado. Daí que a primeira grande decisão do Governo tivesse sido a aprovação de um novo Orçamento, que entrará em vigor já na próxima semana.

A razão é simples: encontrámos as finanças públicas doentes. Essa doença contaminava a nossa economia, afectava a nossa credibilidade, comprometia o nosso futuro.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Pôr ordem nas contas do Estado é a primeira condição para o nosso sucesso colectivo. Nenhum país consegue o sucesso sem ter a casa arrumada e em ordem.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sanear as finanças públicas pode gerar, de imediato, alguns incómodos, não me custa reconhecê-lo. Mas é indispensável para fazer renascer a confiança. E Portugal precisa de confiança e de crescimento económico para ter maior justiça social, para combater a exclusão, para ser um país moderno e desenvolvido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O segundo objectivo é promover as reformas de fundo que o País precisa, reformas de que há muito se fala mas que há muito se adiam.

É certo que o tempo que vivemos exige medidas de emergência e conjunturais, mas reclama, sobretudo, visão de futuro e decisões estruturais. Daí as reformas que o Governo já anunciou e que apresentará, antes do Verão, aqui, na Assembleia da República. São reformas, sobretudo, nas áreas da saúde, da educação, da segurança social, da imigração e da justiça.

A primeira foi já aprovada, a reforma do rendimento mínimo garantido, com a criação do novo rendimento social de inserção. Não se visa, neste caso, poupar dinheiro, porque sempre que se trata de justiça social a nossa política não é poupar, mas investir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Trata-se, sim, de criar uma nova filosofia: integrar socialmente quem se sente excluído, dar-lhe condições para que viva com dignidade e socialmente realizado e não para sobreviver à custa do subsídio ou da esmola do Estado.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A esta, outras reformas se seguirão. A razão é simples: sem reformas de fundo, Portugal corre o risco de continuar a viver num ciclo vicioso de avanços e recuos.

Por mim, sou claro: quero um País a avançar, com solidez e com segurança. Estamos cansados de recuar, estamos cansados de perder, estamos fartos de andar para trás.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O terceiro objectivo é o relançamento da economia.

Portugal precisa de uma economia a crescer para gerar riqueza e promover a justiça social.

Portugal precisa de ganhar a batalha da produtividade e de ter uma economia competitiva para se afirmar e vencer no quadro da economia global. Essa batalha só se ganha com a sociedade — em particular, com os empresários e os trabalhadores —, mas o Estado deve ajudar, criando um ambiente favorável ao investimento e eliminando muitos dos estrangulamentos que hoje existem.

As medidas de saneamento das finanças públicas já tomadas são indispensáveis para este objectivo. São elas que garantem a credibilidade, e a credibilidade é um factor impulsionador da actividade económica.

Mas a credibilidade orçamental não chega. Importa ir mais longe. Não basta cortar na despesa. É preciso criar riqueza.

Por isso, o Governo aprovou — e hoje, aqui, anuncia — um novo programa, o Programa para a Produtividade e o Crescimento da Economia.

São cinco as linhas orientadoras desse programa: incentivar o investimento e as exportações; promover uma concorrência saudável e uma regulação eficaz; fomentar a inovação; consolidar e revitalizar o nosso tecido produtivo; desburocratizar o Estado e reduzir o seu peso na economia.

Destacarei, neste momento, algumas das medidas concretas que integram este Programa.

Em primeiro lugar, a criação de um novo incentivo fiscal ao investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis, a chamada «reserva fiscal para investimento».

Através deste novo mecanismo, as empresas — em particular, as empresas exportadoras — poderão, já a partir de 2003, reservar 20% da sua colecta em IRC para aplicação nos dois anos seguintes em novos investimentos. Trata-se de um poderoso incentivo fiscal à competitividade, de modo a que as empresas apostem em novos investimentos.

Em segundo lugar, a reformulação profunda do Programa Operacional da Economia, designadamente pela criação de um novo canal de acesso, através de instituições financeiras pré-qualificadas, pelo reforço da componente de capital de risco e, sobretudo, pela criação de um novo mecanismo de intervenção — o mecanismo de financiamento convertível —, por via do qual a selectividade e o mérito serão reforçados: os projectos que conseguirem melhores resultados, com mais qualidade, terão um apoio reforçado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em terceiro lugar, o lançamento de dois novos programas no domínio do apoio à investigação: o Programa IDEIA, dirigido a projectos de investigação empresarial, visando a criação de patentes e novos produtos, e o Programa NEST (Ninhos de Empresas de Suporte Tecnológico), centrado no apoio à investigação científica aplicada e dirigido à criação de novas empresas de base tecnológica.

Em quarto lugar, a reforma do processo de privatizações, dando um novo impulso à redução do peso do Estado na economia.

Assim, neste ano e no próximo, a Portucel, a GALP e a EDP conhecerão novas fases de privatização e iniciar-se-á a privatização da EPAL.

Serão igualmente preparadas para privatização outras empresas do sector das águas e do Grupo IPE e, bem assim, a ANA, a TAP, a REN, as Sociedades Gestoras dos Mercados Abastecedores, a Companhia das Lezírias, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e, sob a forma de concessão, as administrações portuárias.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em quinto lugar, a criação de uma nova Autoridade da Concorrência, com estatuto de independência e que será a entidade reguladora de todos os sectores da economia. Portugal não pode conviver com formas de concorrência desleal. Uma concorrência saudável é condição indispensável para a competitividade das nossas empresas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Seguidamente, a criação da Agência Portuguesa do Investimento. Esta agência passará a ser o veículo único de promoção e acolhimento do investimento estrangeiro e o interlocutor exclusivo dos investidores de maior dimensão, estrangeiros ou nacionais.

Haverá ainda uma forte desburocratização do Estado e dos serviços da Administração, por forma a garantir que passe a existir um interlocutor único na Administração Pública para o atendimento dos empresários, no licenciamento industrial e no apoio ao investimento; que a criação de uma nova empresa não demore mais de oito dias (hoje demora, em média, cerca de dois meses);...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... que o licenciamento de qualquer actividade industrial não demore mais de 70 dias (hoje, o prazo médio é superior a um ano).

Paralelamente, serão criados, desde já, novos Centros de Formalidades de Empresas em Aveiro, em Leiria, em Viseu e no Funchal.

Estas são as bases principais de um programa mais vasto, que tem um objectivo concreto: aumentar a produtividade do nosso país, reforçar a competitividade das empresas, ajudar a dinamizar a nossa economia.

É um programa essencial para dar uma nova confiança a Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Durante os últimos seis anos, os portugueses habituaram-se à ideia de que o governo falava, mas não fazia; prometia, mas não cumpria; dialogava, mas não decidia. Foi o tempo da navegação à vista, o tempo do País parado e sempre adiado.

Vivemos hoje — já todos se aperceberam disso — um ciclo novo e diferente. Temos um Governo que governa e que decide. É certo que não governa por paixões, mas governa por convicções e objectivos; é certo que promete muito menos, mas decide muito mais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Mas decide mal!

O Orador: — Por isso mesmo, compreendo bem a surpresa dos que vêem a mudança e se apercebem que, agora, ela tem mesmo consequências. Compreendo muito bem o incómodo que alguns sentem, porque acabou o tempo de vivermos de forma artificial e acima das nossas possibilidades. Mas não podemos vacilar e não vamos vacilar.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir.

O Orador: — Estou mesmo a terminar, Sr. Presidente. Este é o único caminho seguro. O caminho que garante o nosso sucesso como país, mais progresso e bem estar para todos.

Os sacrifícios de hoje serão as novas oportunidades de amanhã: para os jovens, para os trabalhadores, para os empresários, para os portugueses em geral.

É certo que há quem queira ficar amarrado aos vícios do passado, quem queira aproveitar-se das dificuldades do presente. Curiosamente, são precisamente aqueles que lançaram Portugal numa crise, que nos deixaram esta herança, que criaram este problema, que pretendem agora impedir o País de encontrar a solução.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por nós, estamos aqui para governar. Governar com coragem e ambição, com confiança e muita esperança no futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estou absolutamente seguro de que é este o caminho. Não vamos afastar-nos deste caminho, apostamos nos portugueses e, por isso mesmo, temos a certeza que Portugal vencerá.

Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o procedimento deste debate será o habitual. Haverá uma primeira ronda de pedidos de esclarecimento, protagonizada por todas as bancadas, para os quais existem limites de tempo estabelecidos pela Conferência de Líderes, segundo as praxes anteriores.

Tem a palavra, para formular o primeiro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues. Dispõem de 5 minutos.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em quase dois meses de activismo crispado, o seu Governo não resolveu um único problema do País, criou novos e agudizou muitos dos problemas já existentes.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Vem hoje falar-nos, aqui, da sua preocupação com a economia, com a produtividade e com a competitividade, mas o que é facto é que produtividade e competitividade assentam na confiança: confiança dos investidores, confiança dos empresários, confiança dos cidadãos, enquanto consumidores ou trabalhadores.

E esse era o seu grande desafio, Dr. Durão Barroso, quando chegou ao Governo: relançar a confiança dos portugueses, relançar a confiança na economia portuguesa.

O que aconteceu foi exactamente o contrário. A confiança reduziu-se drasticamente nos últimos dois meses, em Portugal.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — A confiança não se obtém, Dr. Durão Barroso, governando numa espécie de «agit-prop» — agitação e propaganda.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — A confiança exige que haja outras políticas. Por exemplo, nas finanças públicas, a confiança não se obtém, certamente, aumentando despesas correntes, aumentando impostos, cortando no investimento público, não tendo nenhuma política de ataque à fraude e à evasão fiscais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Também na Administração Pública a confiança não se obtém ameaçando os trabalhadores de despedimentos ou tendo uma política de extinções, de fusões e de reestruturações completamente incompreensível, sem nenhum sentido, ao sabor das marés, ao sabor da vontade da Sr.^a Ministra das Finanças.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não se reforça a confiança travando reformas, como se está a fazer na segurança social, cedendo a interesses localistas, como se está a fazer com a co-incineração, adiando projectos, como no que se refere à Ota, baralhando projectos, como na alta velocidade ferroviária, atacando sistematicamente tudo o que é serviço público. Não é assim que se reforça a confiança, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do PS.

Fala-nos em produtividade e em competitividade mas o seu Governo está à beira de transformar os problemas orçamentais que o País, sem dúvida, tem numa grave recessão económica.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não nos venha, hoje, com grandes anúncios, com mudanças no Programa Operacional de Economia. Pode ler-se num jornal de hoje — e, certamente, este anúncio significa que está tudo a correr bem no Programa Operacional de Economia — que houve 9455 projectos aprovados, 4443 milhões de euros de investimento e 1517 milhões de euros de incentivo, o que é sinal de que o Programa Operacional de Economia, que até parece estar a correr bem,...

O Sr. António Costa (PS): — Justamente!

O Orador: — ... vai ser mexido. Vamos ver o que é que vai acontecer com algum «aventureirismo» que se vai criar a meio do percurso,...

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... com uma mudança que ninguém percebe qual é o sentido, a não ser, possivelmente, extinguir o ICEP. Vamos ver qual é o resultado que isto tem.

Aplausos do PS.

Dr. Durão Barroso, se vier aí uma recessão económica com o seu cortejo de despedimentos (que, aliás, já arran-

caram), de encerramentos e de desemprego é por que os senhores criaram um clima depressivo, exactamente oposto àquilo que investimento, produtividade e competitividade requerem.

Dr. Durão Barroso, o seu Governo é o responsável se houver, em Portugal, uma recessão económica, se se instalar, em Portugal, uma crise económica. Não tenha dúvidas nenhuma!

Aplausos do PS.

Produtividade e competitividade exigem confiança nos jovens e dos jovens. Ora, este é um Governo que desconfia dos jovens...

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... e é um Governo de quem, muito justamente, os jovens — os jovens quadros, os jovens empresários, os jovens trabalhadores — desconfiam já e com toda a legitimidade.

Aplausos do PS.

Um país produtivo, um país competitivo exige também a confiança dos cidadãos nas instituições e nos responsáveis políticos, e essa confiança baixou, igualmente, nos últimos dois meses.

Incumprimento de promessas e arrogância na actuação são as duas faces de uma moeda da governação mais deprimente, trapalhona e inconsistente, em dois meses, de que há memória no Portugal constitucional!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ferro Rodrigues, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir.

O Orador: — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Dr. Durão Barroso, se tivesse dito na campanha que ia aumentar 2% do IVA a partir de Junho, não estava aí sentado nessa cadeira.

Aplausos do PS.

Se tivesse dito que mudaria as leis não porque estivesse em desacordo com elas mas porque elas não lhe serviam conjunturalmente, não estaria, certamente, sentado nessa cadeira.

Aplausos do PS.

É tempo de acabar com as desculpas em relação ao passado; é tempo de acabar com as suspensões e com os adiamentos; é tempo de clarificar ideias e projectos; é tempo de dizer, por exemplo, o que é que vai fazer ao 2.º canal da RTP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ferro Rodrigues, manifestamente, já ultrapassou o seu tempo. Tem de concluir.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Nem sabem gerir o tempo!

O Orador: — Estou mesmo a acabar, Sr. Presidente. Efectivamente, ao fim de tantas horas de discussão que tivemos aqui, na semana passada, como o Sr. Presidente sabe, foram incapazes de dizer o que querem fazer ao 2.º canal da RTP.

Aplausos do PS.

Dr. Durão Barroso, ao contrário do que disse no último debate que teve comigo, na RTP, o senhor não estava preparado para governar.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas ao fim de dois meses já é tempo de cessar o deslumbramento com o poder e de exercê-lo de forma mais rigorosa, de forma mais racional, de forma mais eficaz!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, este Governo foi investido pelo Parlamento em meados do mês passado, há cerca de seis semanas, e V. Ex.^a já quer atirar para cima deste Governo a responsabilidade por quaisquer resultados menos positivos.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, o seguinte: assumo, na íntegra, a responsabilidade por aquilo que este Governo fez nestas seis semanas,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Pudera! Era melhor!

O Orador: — ... mas o seu partido deve assumir a responsabilidade por aquilo que não fez nos últimos seis anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Há mesmo quem diga que este Governo já mostrou, em seis semanas, mais capacidade de decidir e mais decisões que VV. Ex.^{as}, em seis anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos do PS.

VV. Ex.^{as}, em matéria de estilo, confundem sempre aquilo que é a capacidade de decidir com arrogância. Arrogância, permita-me que lhe diga, Sr. Deputado, é a vossa, que manifesta que ainda não aceitaram verdadeiramente os resultados e que já querem fazer o julgamento sumário de um Governo que, agora, começa a corrigir os erros que VV. Ex.^{as} nos legaram.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos do PS.

Crispação, permita-me que lhe diga, Sr. Deputado, foi o que vi, há dias, nas reacções de alguns dos Deputados dessa bancada,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É todos os dias! À martelada!

O Orador: — ... quando, com grande azedume e falta de espírito democrático, não foram capazes de aceitar aquilo que deve ser normal em democracia, um gesto de cortesia do Governo ao convidar o Sr. Presidente da República, mostrando, assim, o respeito, a cortesia e o espírito de cooperação institucional.

Isso é que é crispação e é da parte do Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

V. Ex.^a falou mesmo nos problemas da fraude e evasão fiscais. Queria V. Ex.^a que, em seis semanas, o Governo tivesse resolvido os problemas da fraude e evasão fiscais, que VV. Ex.^{as} não resolveram em seis anos?!

Vozes do PS: — Só queríamos uma ideia!

O Orador: — Também aí lhe digo, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, que o verdadeiro teste a uma política não se faz pela bondade das intenções, mas pela qualidade dos resultados.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Exactamente!

O Orador: — E a questão é esta: não é anunciando-se novas medidas que se vão encontrar esses resultados. V. Ex.^a espere um pouco e verá os resultados! Verá a determinação que este Governo tem, ao fazer da luta contra a fraude e evasão fiscais uma das suas primeiríssimas prioridades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PS: — Estamos à espera!

O Orador: — No que diz respeito aos jovens, Sr. Deputado, como pode V. Ex.^a, ilustre membro de um governo que se caracterizou por «gastar hoje para mandar pagar amanhã», falar em nome dos jovens?! Quem criou dívidas, que vão ter de ser os jovens a pagar, senão o governo de que V. Ex.^a fez parte? Quem teve uma política contra os jovens?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado, a primeira condição para termos uma política a favor da juventude é deixarmos o País arrumado, a casa em ordem, não deixarmos dívidas para os nossos filhos e netos pagarem — essa é que é a política a favor dos jovens. A política a favor dos jovens é gerar emprego. A política a favor dos jovens não é dizer a um rapaz ou a uma rapariga de 18 anos que pode viver à custa do Estado com o rendimento mínimo garantido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Um rapaz ou uma rapariga de 18 anos deve estar a estudar ou a trabalhar e não a viver à custa da esmola do Estado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, a nossa política para os jovens é uma política de investimento no futuro e de correcção dos desequilíbrios do passado. É assim que se defende verdadeiramente a juventude e, por isso, é em nome do futuro e em nome da juventude que este Governo tem, hoje, a coragem de tomar as medidas que VV. Ex.^{as} não foram capazes de tomar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Falou também V. Ex.^a da RTP e esperava que esse fosse exactamente o tema que V. Ex.^a não referiria, porque há algo que lhe quero garantir, Sr. Deputado Ferro Rodrigues: nós não vamos fazer aquilo que V. Ex.^a disse que faria, deixando a RTP continuar mais dois anos como estava, o que seria a extinção da RTP. Nós vamos salvar o serviço público de televisão, mas um serviço público de televisão de qualidade e suportável pelos contribuintes. Aqui também está a nossa diferença.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — O que vai fazer ao 2.º canal?

O Orador: — Pode ter a certeza, Sr. Deputado, que vamos, de facto, governar de maneira diferente daquela que VV. Ex.^{as} desgovernaram o País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Para interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos, porque dei conta que o Sr. Primeiro-Ministro fez uma insinuação geral, mas que tomo para mim, de que haveria quem visse com maus olhos a cooperação institucional entre o Sr. Presidente da República...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, manifestamente não é sobre a condução dos trabalhos, pelo que não posso dar-lhe a palavra.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Era só para perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. Presidente: — Não posso dar-lhe a palavra, Sr. Deputado.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, salientei aqui, aquando da apresentação do Programa do Governo por V. Ex.^a e já noutra oportunidade, e saudei a nova atitude política que V. Ex.^a e o seu Governo introduziram no exercício do poder em Portugal, neste novo ciclo da vida nacional e do nosso destino colectivo.

Mas quero renovar esta saudação a V. Ex.^a, porque este tempo de mandato que leva V. Ex.^a e o Governo revela

que essa nova atitude política não foi uma simples marca de lançamento de um novo Governo, em Portugal, mas é, sim, uma atitude estruturante, uma atitude que veio para perdurar e para marcar com continuidade a acção governativa do Governo de V. Ex.^a.

Há, realmente, uma mudança no discurso, mas, acima de tudo, uma mudança na actuação do Primeiro-Ministro e dos seus Ministros, quando comparados com os do governo socialista.

E já é interessante compararmos seis semanas da acção deste Governo com seis anos de governo socialista. Foram seis anos de adiamentos, de inacção, de promessas incumpridas, de indecisão, de hesitações, de paralisia, de cedências a pressões, de cedências àqueles que faziam mais ruído e àqueles que tinham maior poder reivindicativo,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... e do esquecimento daqueles mais carenciados, daqueles que não tinham força para fazer ouvir a sua voz.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ao invés, nestas seis semanas, é preciso salientar a coerência não apenas no discurso mas também na acção, e a coerência entre o discurso e a acção.

VV. Ex.^{as}, Srs. Ministros, pela mão do Sr. Primeiro-Ministro, têm revelado que têm um programa para cumprir e que vão ser fiéis a esse programa, que não há pressões ou manifestações, não há nada que faça o Governo recuar na execução de um programa que foi sufragado pelos portugueses e legitimado por esta Assembleia. As hesitações e o imobilismo são do passado.

Sr. Primeiro-Ministro, essas vozes que são responsáveis pelo estado a que o País chegou, vinham insinuando que o Governo tinha uma política financeira e uma política de contenção da despesa pública, mas que nada mais tinha para apresentar aos portugueses e ao País.

Ora, quero saudar V. Ex.^a porque, hoje, trouxe aqui a confirmação de que o Governo não se fica pela fase dolorosa das medidas, paralisadoras para os portugueses, que os socialistas nos obrigaram a tomar, mas que os portugueses revelam ter compreendido quem são os responsáveis pela necessidade de as tomar e pela necessidade de algum adiamento de algumas outras que gostaríamos de, desde já, pôr em prática. De facto, V. Ex.^a trouxe aqui a confirmação de que o Governo tem uma política económica, de que o Governo traz ao nosso tecido empresarial uma esperança, um estímulo.

As medidas que V. Ex.^a aqui indicou revelam que é possível «arrumar a casa» e partir para uma nova meta, dando aos portugueses a esperança. Os alicerces estão consolidados; temos, agora, de executar estas medidas que V. Ex.^a aqui nos traz, na certeza de que o estilo é outro. V. Ex.^a não veio aqui anunciar promessas; veio, sim, anunciar caminhos que estão, desde já, a ser seguidos e que vão continuar a sê-lo. E fica já o aviso de que V. Ex.^a terá a cobertura do Grupo Parlamentar do PSD, terá a cobertura da maioria nesta Assembleia, para que nem V. Ex.^a nem o seu Governo hesitem perante as pressões que, à margem da democracia e do sufrágio, possam ser movidas para impedir a execução do programa, que não é nosso, não é do PSD, é dos portugueses.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E como é dos portugueses, é para os portugueses, que, em Portugal, vamos...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe que conclua.

O Orador: — Vou já concluir, Sr. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, as oposições estão num frentismo de bota-abaixo. Quando o líder do maior partido da oposição diz que não é possível fazer oposição construtiva, está tudo dito. Sabemos qual foi o caminho que seguiram. Seguiram o caminho da irresponsabilidade no governo e vão continuar a seguir o caminho da irresponsabilidade na oposição. E V. Ex.^a vai seguir o caminho daquilo que é a introdução de novas palavras na vida política portuguesa: confiança, esperança e certeza.

Aqueles que nos acusam de autoritarismo e de arrogância têm de perceber que, agora, há um Governo; agora, decide-se; agora, governa-se. E quando se governa, exerce-se autoridade. Autoridade democrática, mas autoridade! Autoridade indispensável à execução das reformas, à prossecução de um programa, à resposta que os portugueses esperam de nós.

Os portugueses confiam neste Governo e este Governo confia nos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, agradeço-lhe as palavras que quis dirigir a este Governo.

De facto, os nossos adversários estão surpreendidos e incomodados. Havia quem esperasse que o novo Governo fosse para continuar tudo na mesma. Mas se fosse para tudo continuar na mesma, por que razão os portugueses teriam votado para que fizéssemos a diferença?! Os portugueses votaram dando uma maioria a um Governo, que, com certeza, não querem que continue no mesmo caminho que vinha sendo seguido nos últimos seis anos. É por isso que há, de facto, aqui uma diferença: em vez de dialogar, decidir; em vez de prometer, cumprir; em vez de falar, fazer; em vez de adiar, resolver.

O Sr. António Costa (PS): — Já adiaram a Ota! Já adiaram tudo!

O Orador: — Esta é a diferença, esta é a marca que, desde já, nos distingue daquilo que foi a governação anterior.

Por isso, estamos num novo ciclo, um novo ciclo político e um novo ciclo de governação, que, naturalmente, causa incómodos a alguns. Mas nós não temos de nos preocupar com esses e, sim, com a esmagadora maioria dos portugueses.

Por isso, temos uma estratégia clara. Em primeiro lugar, é indispensável pôr ordem nas contas públicas. E, ao contrário do que alguns dizem, a contenção orçamental não é um factor recessivo, pelo contrário, só a contenção e o rigor orçamentais dão ao Governo a garantia de

credibilidade necessária para a economia voltar a crescer acima da média da União Europeia.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Os nossos adversários ainda não entenderam isto, ainda não se aperceberam como está a mudar, por exemplo, a reacção, na imprensa internacional, relativamente à imagem de Portugal.

O Sr. António Costa (PS): — Está, está!...

O Orador: — Eu sofri, como sofreram muitos portugueses, quando vi os principais jornais de referência, europeus e norte-americanos, há alguns meses, a falarem das nossas fragatas paradas e sem combustível para irem para as suas missões,...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — ... a falaram da queda de confiança na nossa economia. Mas vejam como essa imprensa internacional já olha, agora, com uma nova confiança para a Sr.^a Ministra do Estado e das Finanças, para as medidas corajosas do Governo de Portugal, para a capacidade de pôr ordem nas finanças públicas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Porém, sabemos que não basta ter uma política orçamental e financeira; é necessário ter uma política económica. Hoje foi o momento de anunciar as linhas gerais dessa política económica e de um programa para a produtividade e crescimento da economia, que o Sr. Ministro das Finanças vai apresentar com maior detalhe na próxima semana.

Demos um sinal de confiança às empresas e quero que as empresas e os trabalhadores portugueses saibam que é possível crescer mais do que a média da União Europeia. E pôr ordem nas contas públicas é a primeira condição!

Porém, não basta cortar na despesa, é necessário criar riqueza, o que se consegue com credibilidade mas também com algumas medidas inovadoras, como aquelas que aqui apresentámos, nomeadamente a reserva fiscal para investimentos e uma nova gestão do Programa Operacional da Economia, muito mais eficaz, muito mais desburocratizada e muito mais próxima dos empresários. Com medidas como estas será possível que a nossa economia volte a crescer acima da média da União Europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Já aconteceu no passado, com outros governos que não o governo socialista, Portugal crescer acima da média da União Europeia. Por que razão é que havemos, agora, de estar condenados a ficar para trás?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Acredito que Portugal vai fazer mais e melhor e este é o caminho que vai permitir a recuperação da economia portuguesa!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, permita-me, Sr. Primeiro-Ministro, que partilhe consigo algumas reflexões acerca de críticas e acerca de críticos.

Faço-o, em primeiro lugar, Sr. Primeiro-Ministro, porque V. Ex.^a, com a intervenção que aqui fez hoje, respondeu a uma crítica e respondeu a uma preocupação.

De facto, o CDS-PP tinha declarado, serenamente (e se calhar por isso não tão ouvido como outros), que pensava ser fundamental, num momento em que se anunciam medidas essenciais de contenção económica e de reposição do equilíbrio das contas públicas, anunciar também algumas medidas que dêem confiança aos agentes económicos, que combatam a burocracia e que relancem economia.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Foi o que V. Ex.^a fez hoje. Respondeu a essa preocupação e, por isso, tem o nosso apoio inquestionável.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe, ainda a propósito de críticas, que a principal crítica que temos ouvido é aquela que se centra em duas ou três palavras, mais ou menos caras, que se traduzem no «decisionismo» e no activismo de que este Governo é acusado.

O Sr. António Filipe (PCP): — Que trapalhada!

O Orador: — O que isto significa, no fundo, é o autoritarismo. O que isto significa, no fundo, é que estamos a exercer a maioria para fazer reformas e para governar. É isso que os portugueses esperam de nós!

O Sr. António Costa (PS): — E de Staline!

O Orador: — Com essa crítica, Srs. Deputados, podemos nós bem! Estamos perfeitamente à vontade!

O lema e a máxima mudaram! A máxima, como dizia Ortega y Gasset, «é sempre mais fácil deixar de fazer do que fazer» ou, como dizem os brasileiros, «deixa estar como está, para ver como fica», era vossa, não é a nossa! Portanto, a máxima e os tempos mudaram, claramente.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Orador: — Ainda sobre críticas e sobre críticos, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de fazer uma pergunta, porque, de facto, temos de ouvir todas as críticas, mesmo as mais crispadas, mesmo as mais irritadas, mesmo as mais inconsequentes. E quanto a críticas inconsequentes, lembro-me de uma, relativa à inconstitucionalidade do Orçamento rectificativo, e pergunto: voltaram a ouvir falar no assunto? Eu não ouvi! Houve consequências? Não tenho conhecimento! Mas temos de ouvir todas as críticas!

Há factos que são extraordinários, e um facto extraordinário, Sr. Primeiro-Ministro (não sei se concorda comigo), é como é que é possível que, no momento em que estamos, com a discussão política em que estamos, o facto mais notável que marcou a agenda política do Partido Socialista e da oposição tenha sido — imagine-se! — a possível candidatura do líder do Partido Socialista a Presidente da República.

Vozes do PS: — Essa é boa!

O Orador: — É um facto absolutamente extraordinário! O PS, aqui, crispa-se, aqui, radicaliza, aqui, enerva-se, aqui, vai ao limite do vernáculo — zig!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — À martelada!

O Orador: — O Secretário-Geral está a pensar em Belém — zag!

Risos do CDS-PP e do PSD.

É exactamente isto que acontece, Sr. Primeiro-Ministro. E isto é extraordinário, até por uma razão simples: porque podemos não ter líder da oposição até ao fim. Porquê? É óbvio! O Secretário-Geral do Partido Socialista candidata-se; se se candidata, das duas uma: ou ganha e vai para Belém — zig! — ou perde e vai para casa — zag!

Risos do CDS-PP e do PSD.

É, obviamente, isto que pode acontecer! E é mais ainda uma coisa extraordinária: esta confissão do Secretário-Geral do Partido Socialista, ainda que desmentida — zig —, acaba de dar a maior machadada na ambição legítima do anterior Secretário-Geral do Partido Socialista António Guterres — zag! Claramente, zag, nessa mesma matéria!

Risos do CDS-PP e do PSD.

Mais extraordinário ainda: perante este anúncio, o que é que aconteceu? Vieram logo, atrás, dois ou três socialistas, entre os quais o dispensado pelos eleitores presidente da câmara municipal de Lisboa, dizer: «À candidatura a Belém, eu também quero! Eu também estou aqui!», e aí começam os ziguezagues, a acotovellarem-se imediatamente na fila, a ver se há espaço para mais um socialista!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Termino, Sr. Primeiro-Ministro, pedindo-lhe explicações sobre duas questões concretas,...

Vozes do PS: — Finalmente!

O Orador: — ... e ainda a propósito de crítica: a primeira diz respeito ao rendimento mínimo garantido e à sua substituição pelo rendimento social de inserção — é uma matéria que nos merece um elogio claro, elogio esse que queremos personalizar na pessoa do Sr. Ministro Dr. Bagão Félix.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Sobre esta matéria, quero dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que também entendo que isto é mais do que uma reforma, é uma mudança do protagonismo social, porque o protagonismo social, agora, é dos jovens, mas é de outro tipo de jovens.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Telmo Correia, o seu tempo esgotou-se, peço-lhe que conclua.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

O protagonismo social agora é dos jovens que querem uma boa educação, que querem trabalhar e que querem subir pelo seu mérito e a pulso na vida.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esta é a mudança do protagonismo social!

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de saber se V. Ex.^a nos pode dizer algo sobre outro problema que nos preocupa, e onde nada foi cumprido, que é o da imigração, questão esta que está ligada à economia e à produtividade e que tem implicações sociais gravíssimas se nada for feito.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se, para além da lei que já foi referida na comunicação social, V. Ex.^a nos pode dizer algo sobre a existência de um plano nesta matéria, porque, desse modo, estaremos efectivamente a fazer bem e no interesse dos portugueses!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, em meu nome e em nome do Governo também, agradeço as palavras de confiança que exprimiu em nome da sua bancada. É para nós motivo de grande satisfação verificar a coesão e a determinação que existem na maioria em torno do propósito reformador deste novo Governo de Portugal.

Em relação às duas questões concretas que me coloca quero dizer-lhe que, no que diz respeito ao rendimento mínimo garantido, estávamos de facto contra o modelo existente. No entanto, estamos a favor dos mais pobres, dos mais carentes, daqueles que verdadeiramente precisavam. Por conseguinte, quando agora modificámos, numa verdadeira reforma, esse regime, criando o rendimento social de inserção, fizemo-lo não por quaisquer razões de economia, pois essa questão foi analisada em Conselho de Ministros; e, na verdade, não podemos garantir que se gaste menos, até é possível que, neste aspecto concreto, se venha a gastar mais, porque fizemos discriminação positiva para aqueles que de facto precisam, para os mais idosos, para os doentes, para aqueles que têm uma incapacidade permanente.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Para nós, a política social deve ser selectiva, não deve ser a garantia do subsídio ou da esmo-

la permanente do Estado; não deve ser «aqueles que trabalham trabalharem mais para quem pode e não quer trabalhar»!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para nós, a política social deve ser a de orientarmos os recursos escassos do Estado para aqueles que precisam da solidariedade da comunidade nacional.

Por isso, esta nova filosofia, porque é uma nova filosofia que está em causa, rompendo com a prática do passado, do rendimento social de inserção acentua precisamente aquilo que nos parece mais importante: a inclusão das pessoas e não a marginalização dos mais pobres ou daqueles que poderiam ficar dependentes do Estado.

O problema da imigração, Sr. Deputado Telmo Correia, é uma questão importante que deve ser analisada seriamente. O problema da imigração é talvez hoje a questão política mais relevante em toda a Europa ocidental. É talvez a questão mais grave e mais séria!

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O que se está a passar em alguns dos sistemas políticos europeus, com algumas ameaças e com o surgimento de populismos que em absoluto rejeitamos, tem a ver com o problema da imigração. Por isso, esta questão tem de ser analisada com objectividade e racionalidade.

Resumidamente, a nossa política é esta: generosidade na integração daqueles que cá estão, mas rigor e contenção na entrada. Só devem entrar em Portugal os estrangeiros que tenham, de facto, garantia de trabalho no nosso País!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não queremos que entrem em Portugal para ficarem na miséria ou na exclusão!

Por isso, Sr. Deputado, posso anunciar-lhe, bem como a toda esta Câmara, que na próxima semana entrará nesta Assembleia uma proposta de lei para rever o actual sistema de entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional, mostrando, assim, também a nossa vontade de mudar a actual situação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Todas estas medidas, Srs. Deputados, têm um propósito: o propósito de mostrar que é possível mudar.

Se alguém pensou que fomos eleitos para tudo ficar na mesma, que se desengane! Este Governo foi eleito e o seu Programa foi aprovado nesta Assembleia, e nós temos não apenas o direito mas o dever de aplicar esse Programa!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E esse Programa vai ter, e tem com certeza, alguns aspectos que gostaríamos de não ter de aplicar.

Os senhores julgam que algum governo toma medidas difíceis ou impopulares porque gosta?!

Vozes do PS: — Outra vez?!

O Orador: — Se, hoje, o Governo toma medidas difíceis, é por causa da governação destas seis semanas ou por causa da pesada herança socialista destes seis anos?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Agora, o que quero dizer a esta Câmara e, através de VV. Ex.^{as}, Srs. Deputados, a todo o País é que essas medidas difíceis são a condição para criar esperança no nosso País, o qual estamos a governar, tendo a coragem de decidir com vista a garantir um futuro melhor aos jovens, aos trabalhadores, aos mais idosos e aos mais pobres. Queremos mostrar que é possível governar para eles, que é possível garantir um futuro melhor para os nossos compatriotas, e, por isso, os esforços de hoje serão as oportunidades de amanhã! Acredito que, com esperança, vamos construir um País mais justo e mais moderno!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, depois da dramatização das contas públicas, o Sr. Primeiro-Ministro veio, hoje, aqui, emendar a mão, porque sabe que os sinais negativos estão a ter consequências na economia portuguesa. Até nos veio dizer que «as coisas já vão melhor, porque as fragatas já têm combustível...». Mas olhe que isso é mérito do Dr. Paulo Portas, nas suas reivindicações à Sr.^a Ministra das Finanças.

Porém, Sr. Primeiro-Ministro, não há aumento de competitividade ou de produtividade na economia portuguesa com políticas neoliberais, com a aceitação das desigualdades e com a injustiça social. Não há aumento da competitividade nem da produtividade com baixos salários e com a liquidação de direitos. Os baixos salários e a liquidação de direitos estimulam, sim, a ineficiência, a desorganização e o investimento estrangeiro não qualificado, tipo «beduíno», que depois levanta a tenda para obter salários mais baixos noutros locais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Orador: — O trabalho com direitos e uma pressão salarial em condições realistas é um factor que estimula a organização, a eficiência, os ganhos de produtividade, a inovação tecnológica e um investimento estrangeiro mais qualificado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Orador: — Ora, Sr. Primeiro-Ministro, a sua política não vai nesse sentido!

Disse aqui, comentando o discurso do Sr. Presidente da República, que concordava que a «factura» não poderia ser paga pelos mesmos, mas não se mobiliza o mundo do trabalho fazendo com que a «factura» seja paga só por esses!

Vozes do PCP: — É claro!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro veio aqui anunciar o aumento do IVA em dois pontos percentuais, dimi-

nuindo a competitividade da economia portuguesa, nomeadamente em relação à Espanha, como dizia, e muito bem, o Dr. Paulo Portas — agora muito calado... —, e introduzindo injustiça, porque, como sabe, é um imposto cego, e, simultaneamente, revogar escandalosamente a tributação sobre as mais-valias bolsistas, deixando que o sistema financeiro a opera na zona franca da Madeira não pague impostos relativamente a 20% do rendimento da sua actividade. Pergunto: isto significa tomar medidas por não se querer, por não se gostar, ou é para servir determinados interesses?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Na Administração Pública, como diz a Sr.^a Ministra da Finanças, de forma cega e sem critério, cavalgando a dramatização do défice das contas públicas, quer atingir duramente o emprego, os salários, os direitos e as expectativas de milhares de funcionários; na segurança social, prepara-se para alterar a lei e satisfazer a gula das seguradoras privadas, entregando-lhes milhões na roleta bolsista, criando dificuldades, e dificuldades acrescidas, às novas gerações e àqueles que vivem de baixos salários e de baixas reformas.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Paralelamente — veja-se só! —, escolhe como grande prioridade mutilar o trabalho com direitos, numa primeira fase através da alteração do contrato individual de trabalho, na exacta dimensão e no exacto conteúdo que é reivindicado pelos sectores mais retrógrados.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — É um facto!

O Orador: — Como é sabido, o Grupo Parlamentar do PCP, dando ensejo ao cumprimento de promessas do Dr. Paulo Portas e do Dr. Durão Barroso, apresentou aqui uma medida para a reposição do poder de compra, dos salários e das pensões e reformas. Porém, essa iniciativa foi rejeitada, e foi rejeitada até — note-se! — pelo partido do Dr. Paulo Portas! Como vai longe aquela retórica sobre os velhinhos... e a retórica do Sr. Primeiro-Ministro sobre os baixos salários em resultado da política do Partido Socialista...

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — Se não devem ser sempre os mesmos a pagar a crise, por que razão é que o Governo continua a lavar as mãos, como Pilatos, em relação ao encerramento de empresas, à falência e à deslocalização que atingem distritos como a Guarda, Castelo Branco, Leiria, Setúbal e o norte do País?

Vozes do PCP: — Ora aí está!

O Orador: — Recorda-se, Sr. Primeiro-Ministro, que, quando era Deputado, o seu grupo parlamentar aprovou uma resolução, aqui apresentada pelo Partido Comunista Português, para combater as deslocalizações?

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — O que é que vai fazer agora, no Governo? Agora, no Governo, essa resolução e essas medidas já não servem? Vai continuar a distanciar-se? Vai continuar a deixar que se encerrem empresas? Vai continuar a deixar que as empresas se deslocaizem sem qualquer medida punitiva?

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Isto é que é aumentar a produtividade e a competitividade da economia portuguesa?

Aplausos do PCP.

Sr. Primeiro-Ministro, há empresas que se vão deslocaizar, mas há outras que vão encerrar e que vão falir se se continuar com esta política, porque os problemas não se resolvem com propaganda nem com algumas medidas de concentração da riqueza fiscais. Não se resolvem com isso! Vai haver, sim, recessão se se continuar com uma política de submissão ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, com uma política que vai diminuir o investimento produtivo e o consumo, e, daqui por uns dias, não serão consequências das políticas negativas do anterior governo mas, sim, de uma política que vai acentuar as desigualdades e criar dificuldades sobretudo aos estratos profissionais que vivem do seu trabalho e aos pequenos e médios empresários.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro Ministro: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas não cometeu a injustiça do Deputado Ferro Rodrigues, que responsabilizou directamente este Governo pelo estado a que chegou a economia portuguesa. V. Ex.^a manifestou preocupações, que são legítimas, vindas da sua bancada, mas, pelo menos, teve uma preocupação de rigor, porque, na realidade, não pode responsabilizar-se um governo que foi investido nesta Câmara há seis semanas atrás pelos problemas da falta de produtividade que ocorrem na nossa economia.

V. Ex.^a colocou uma questão à qual não posso fugir: o problema da produtividade e a melhor receita para enfrentar esse flagelo, que é a falta de produtividade e de competitividade na nossa economia. Ora, eu entendo que é promovendo o crescimento que há mais emprego e que é essencial a confiança dos investidores e dos empresários. É neste ponto, Sr. Deputado, que temos uma diferença, que, a meu ver, é intransponível:...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — São os trabalhadores!

O Orador: — ... segundo parece, para o Sr. Deputado é possível ter boas condições para os trabalhadores sem haver boas condições de confiança para as empresas,...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Eu não disse isso!

O Orador: — ... eu penso que só com confiança das empresas e dos empresários, só com «saúde económica»

das nossas empresas, só com confiança dos investidores é que teremos boas condições para os trabalhadores, para garantir o emprego e o aumento progressivo das condições de vida dos trabalhadores portugueses. Esta é a nossa diferença!

Protestos do PCP.

E não venha, mais uma vez, Sr. Deputado, agitar o «papão neoliberal»! Nesta bancada, Sr. Deputado, não há nenhum neoliberal!

Risos do PCP, do BE e de Os Verdes.

Há sociais-democratas! Há democrata-cristãos! Há independentes! Mas não há nenhum neoliberal! Há pessoas com genuína preocupação de justiça social!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

Por isso mesmo, em ruptura com qualquer política ou doutrina neoliberal, nós dizemos que não vamos liberalizar os despedimentos. Dizemo-lo pela enésima vez: comigo não haverá despedimentos na função pública!

Vozes do PS e do PCP: — Oh!...

O Orador: — Não aceitamos despedimentos, nem a liberalização dos despedimentos.

No entanto, também lhe devo dizer, Sr. Deputado, que deve haver flexibilização das condições de trabalho, que deve haver adaptabilidade das condições de trabalho, porque a rigidez excessiva nas condições de trabalho é uma das razões da falta de produtividade, e a falta de produtividade é uma das razões do atraso de Portugal e das baixas condições de vida dos trabalhadores portugueses. Só com flexibilidade e adaptabilidade é que haverá melhores condições na nossa economia e, portanto, também para os trabalhadores portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Para exercer o direito regimental da defesa da honra da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro veio dizer que falamos dos trabalhadores e que não pensamos nas empresas. Nada disso, Sr. Primeiro-Ministro! Mas o contrário também não é verdade.

O Sr. Primeiro-Ministro veio aqui dizer que quer pôr em condições sãs a competitividade e a concorrência. Mas, pergunto-lhe, a si e à Sr.^a Ministra das Finanças, que concorrência são estas...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, peço desculpa, mas isso não é, manifestamente, uma defesa da honra da sua bancada.

O Orador: — É sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não posso dar-lhe a palavra para esse efeito.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Vou já dizer-lhe, Sr. Presidente, em como é.

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado. Isso não é uma defesa da honra da bancada, não vejo em que tenha sido agravada minimamente. E a sua intervenção limita-se a formular novas perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, contrariamente às regras estabelecidas.

O Orador: — Sr. Presidente, lamento, mas quando se faz uma afirmação tão negativa...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

O Orador: — ... sobre uma posição da bancada, tenho, naturalmente, de dar explicações e mostrar que essa é uma afirmação errada e injuriosa. E, se me permite, termino, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, agradeço que termine. Mas, com toda a franqueza, não considero que essa afirmação tenha sido injuriosa.

O Orador: — Cada um sente como sente.

Quero apenas perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro que concorrência é essa, quando à banca é permitida uma taxa efectiva de IRC de 12% e quando um qualquer empresário, como sabe, paga uma taxa de 20% e 30%!

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — Onde está a concorrência, Sr. Primeiro-Ministro?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe, para ao efeito, de 3 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, como V. Ex.^a muito bem notou, e penso que todas as pessoas entenderam, não ataquei, nem pus em causa a honra do Sr. Deputado Carlos Carvalhas, pelo que não tenho explicação alguma a dar-lhe. E penso que não é bom método, Sr. Deputado, em termos democráticos, abusar dos institutos e dos instrumentos parlamentares, assim pervertendo aquele que é o normal funcionamento do debate parlamentar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, no exacto dia em que V. Ex.^a apresenta aqui uma lista de privatizações, abertas ou encapotadas, quer dizer-nos que o seu Governo não tem uma marca neoliberal. É contraditório nos termos, porque a privatização chega às águas, aos portos... Não há sector da vida nacional, tirando algumas funções de soberania, que o seu Governo não queira invadir com a esfera do privado. E esta é, de facto, uma das traves-mestras da política neoliberal, e faltaria algum decoro para o assumir aqui, na sua exacta medida, até porque, aquando do debate do Programa do Governo, vários dos seus ministros aqui o assumiram, em termos de combate ideológico, e houve até um que se escandalizou, dizendo que não gostava que lhe chamassem neoliberal, porque ele era liberal!

Portanto, há aí algum desnorte doutrínario no seu Governo, já não cuidando de saber o que é hoje a democracia cristã, mas compreendo que essa não seja a área da especialidade do Sr. Primeiro-Ministro.

Voltando ao tema, o Sr. Primeiro-Ministro apresentou-nos hoje algumas medidas que não hesitaria em classificar de verdadeiro assalto ao contribuinte, porque a reserva fiscal para as empresas é, na prática, uma isenção fiscal, vem na continuidade da isenção fiscal que foi feita à banca, vem na continuidade daquilo que foi o «coração» do Orçamento rectificativo, que foi o aumento em dois pontos percentuais do IVA. E esta é uma política, no seu conjunto, repito, de assalto ao contribuinte,...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — ... tendo como *late motive* a regularização das contas públicas, uma política de contas certas, questão sobre a qual sempre estivemos de acordo. Porém, continuamos a descuidar o combate à evasão e fraude fiscais e o que, na prática, se opera é o assalto ao contribuinte.

Discordamos totalmente desta forma neoliberal de clivar a sociedade portuguesa, de penalizar aqueles que pagam, particularmente os sectores mais desfavorecidos,...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — ... aqueles que têm pago sempre as crises.

Sr. Primeiro-Ministro, as pessoas não são números e o seu Governo, nestas seis semanas, criou a maior instabilidade social, a maior crise psicológica, de expectativas de muitos sectores e profissões, em Portugal de que há memória. Diz-nos, numa expressão quase virginal, que há alguns «incómodos» que uma política de austeridade tem de trazer. Pois, os «incomodados» são as pessoas que não se sentem como números, são as pessoas que, na função pública, não gostam de ser supranumerários, são as pessoas que não sabem o que são conceitos de mobilidade.

É uma filosofia de extensão e de expansão da precariedade do emprego em todos os sectores, no Estado e para além dele.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Uma política errática deste Governo, em que se verificou impreparação, quer nas promessas fiscais,

quer na reforma do sistema político, quer nos institutos que se fecham — não se sabe porquê, e, hoje mesmo, anunciou mais dois, mas sabe como vai abrir, não se sabe é como —, quer no serviço público de televisão, quer na engenharia financeira, que não serve para as auto-estradas mas já serve para os hospitais e para outras áreas da vida económica.

Não se entende, não há um fio orientador da política do Governo, o qual tem tido impreparação e tem sido errático em várias áreas e domínios.

Sr. Primeiro-Ministro, «a toque de caixa», permita-me que o diga, sem que isso tivesse constituído uma intenção anunciada aqui, no debate do Programa do Governo — no qual, note-se, o Parlamento não aprovou o Programa do Governo; votou, por responsabilidade da maioria, uma moção de confiança —, a partir de Madrid, após um encontro com o presidente do conselho do governo espanhol, soubemos que a revisão da lei de imigração tinha passado a ser — disse-o hoje, aqui — uma das reformas fundamentais em Portugal e que há toda a urgência, pois vem já aí, para ser debatida no Parlamento.

Sr. Primeiro-Ministro, a questão é de fundo e estruturante. Sem dúvida que, para a democracia, para o desenvolvimento dos regimes democráticos, a atitude em relação aos imigrantes, o pleno de cidadania que daí se pode extrair, a integração dos imigrantes, o funcionamento de um código de direitos e de deveres que seja igual para todos — aliás, é esta também a nossa orientação constitucional — é aquilo que pode prevenir o populismo, a extrema-direita, o desenvolvimento de sistemas que corrompem completamente toda a base democrática...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — ... toda a base de cidadania que pretendemos em democracias modernas.

Contudo, o Sr. Primeiro-Ministro não nos trouxe ainda qualquer novidade, mas traz-nos uma ameaça. Dizer que os imigrantes têm de estar dependentes de um contrato de trabalho corresponde à situação actual, é a situação criada pelo anterior governo, em acordo com o Partido Popular, que deixa aos empresários...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe o favor de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Dizia eu, que a situação actual deixa aos empresários um poder não apenas sobre a exploração dessa mão-de-obra, hoje quase em situação de semiescravidão, como também um poder, inaceitável, sobre a sua permanência em Portugal.

A lei que hoje temos, e que vejo que, em traços gerais, a quer retornar, tornando-a ainda mais restritiva, é exactamente aquela que é exigida pelos movimentos de extrema-direita na Europa, que elogiaram a actual lei portuguesa —...

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — ... veja-se como Jean-Marie Le Pen a apoiou e defendeu. Mas foram ainda mais longe: ao contrário da lei francesa, que exige apenas a verificação de meios de subsistência para a cidadania de imigrantes, nós

fundamos, e, pelos vistos, queremos continuar a fazê-lo, essa nova escravatura no contrato de trabalho!

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, em relação às questões do pessoal e das despesas com o mesmo, pergunto-lhe: o Sr. Deputado sabia que Portugal foi o único país que aumentou, desde 1995, o peso das despesas com pessoal na função pública, em relação ao produto nacional? O Sr. Deputado não está preocupado com este dado? O Sr. Deputado sabia que Portugal tem, em matéria de despesas com pessoal, relativamente ao produto nacional, mais de 50% da despesa que a nossa vizinha Espanha apresenta? V. Ex.^a não entende que isto pode ter consequências na nossa produtividade e, portanto, na nossa competitividade externa?

É por isso que este Governo teve a coragem de dizer que não podíamos continuar como estávamos, que não podíamos continuar as admissões «cegas» na função pública e que aprovou uma resolução que dá ao Ministério das Finanças poderes e competências para travar o que vinha a verificar-se e que era verdadeiramente insustentável!

Seria, com certeza, mais popular nada fazer! Seria, com certeza, mais fácil dizer que tudo continuaria na mesma, mas a «factura» que iríamos pagar seria muito mais pesada! Por isso, temos de dizer que não podemos continuar como estávamos e temos de ter uma política de mais rigor no que respeita às admissões na função pública.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Temos de diminuir o peso da despesa com a função pública no conjunto do produto nacional, e é isto que vamos fazer, porque, se não o fizermos, não teremos ganhos de produtividade e não poderemos distribuir aos trabalhadores e às classes mais desfavorecidas os ganhos de produtividade que queremos que sejam utilizados em benefício dos mais fracos da nossa sociedade.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado, num discurso um pouco surpreendente, veio defender os contribuintes, o que é, de facto, pouco normal no agrupamento político que V. Ex.^a representa.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Francamente!

O Orador: — Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que a reserva fiscal para investimento é uma medida muito importante para a confiança das empresas, para o crescimento económico e, portanto, também para os trabalhadores portugueses. Ao permitirmos que as empresas dos sectores de bens transaccionáveis, ou seja as empresas que operam essencialmente em sectores virados para a exportação, reservem 20% da sua colecta de IRC para investimento nos dois anos subsequentes, estamos a apoiar as empresas portuguesas, as exportações portuguesas, o inves-

timento português no estrangeiro e a competitividade da economia nacional. Esta é uma medida que deve ser saudada como medida inovadora!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Apesar das dificuldades orçamentais presentes, apesar da contenção que a actual situação exige, o Governo dá, assim, um sinal claro de confiança e de esperança para a economia portuguesa, para os empresários mas também para os trabalhadores portugueses. É uma medida inovadora que, estou certo, vai ter uma excelente receptividade no nosso tecido empresarial e contribuir para que Portugal cresça acima da média da União Europeia, podendo, desta forma, ter melhores resultados.

É por isso que estamos preparados para, quando for o devido momento, julgarmos uma política não pelas declarações de intenção mas, sim, pelos resultados, certos de que esses resultados são os que mais interessam aos trabalhadores e a todos os que são mais sacrificados no nosso país!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, no primeiro debate mensal que faz com esta Câmara desde a tomada de posse do Governo, veio hoje, a propósito da produtividade e do aumento da competitividade da economia, anunciar um conjunto de propostas e valorizá-las com o pretexto da importância daquilo que em seis semanas foi feito em contraste com aquilo que nos seis anos anteriores o não terá sido.

Como calcula, Sr. Primeiro-Ministro, para um partido da oposição este não é propriamente o momento de acusar os que em seis anos prometeram e não fizeram mas, sim, o de discutir aquilo que em seis semanas está a ser feito e não foi prometido!

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

A Oradora: — Penso que é sobretudo sobre as surpresas destas seis semanas que os portugueses, nomeadamente, porventura mais preocupados, os eleitores da nova maioria, se questionam.

É bom lembrar que, nestas seis semanas, houve acção de facto, mas também houve várias novidades, como sejam o facto de ter deixado de existir crédito bonificado para os jovens, de ter passado a vigorar um imposto «cego», penalizando a maior parte das pessoas, indiferentemente de viverem bem ou mal, e ainda de haver benefícios fiscais escandalosos. Um debate sobre estas seis semanas de acção não pode passar à margem desta realidade, que é directa, toca as pessoas, interfere na sua vida e não deixa de ser preocupante.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, se nos ativermos àqueles que são dois aspectos fundamentais da preocupação do Governo, a produtividade e a competitividade, devo dizer, e julgo que ninguém questionará, que quando falamos de competitividade e de produtividade teremos de focar dois aspectos: as pessoas (os recursos humanos) e a inovação, a modernização, o desenvolvimento tecnológico.

Não deixa de ser estranho, no nosso ponto de vista, que, ao nível dos recursos humanos, a única novidade continue a residir, mas de forma ainda mais gravosa, na desregulamentação e na insistência no trabalho sem direitos. Do que se estava à espera, que era de medidas e de um programa de acção claro no sentido da formação, fica, espantosamente, à margem no anúncio das suas medidas.

Aliás, ao nível do ensino recorrente, vemos com preocupação que, por razões estritamente economicistas, os que querem manter a possibilidade de estudar vejam hoje cercada essa hipótese pelas medidas que estão a ser concretizadas pelo Governo. Era sobre este aspecto em concreto que gostaríamos que o Governo tivesse dito alguma coisa, mas esta área, que é manifestamente importante, é, pura e simplesmente, ignorada.

Mas se, a nível da acção num domínio que é tão importante, o que vemos em termos de projectos e de propostas concretas é «zero», o que se vê em termos de competitividade, permita-me que lhe diga, Sr. Primeiro-Ministro, é também muito pouco inovador e sério. Isto porque do que estamos a falar é, uma vez mais, de melhorar a competitividade das empresas e de inovação tecnológica, mas o que vimos no Orçamento rectificativo, há poucas semanas, foi, de uma forma completamente avulsa, sem critérios definidos, a possibilidade do desaparecimento de entidades, de institutos que têm um papel estruturante na modernização tecnológica. Sobre isto, o Governo não foi capaz de explicar nada — aliás, desaparecem institutos que são importantes do ponto de vista da eco-eficiência e da modernização dos processos produtivos, e, estranhamente, na área da justiça, onde seria discutível o interesse de alguns institutos, por serem dispensáveis, poderem desaparecer, o silêncio é enorme. Este é um enigma que o Governo terá de esclarecer futuramente.

Por outro lado, é estranho que num sector vital como é o da energia, num país que tem uma intensidade energética elevada mas que desperdiça energia e agrava brutalmente os custos de produção por utilizar mal a energia, a resposta dos senhores seja «zero» e a capacidade de decidir nula!

Por isso, permita-me que lhe diga, Sr. Primeiro-Ministro, que as suas novidades são demasiado velhas e que a estas medidas, visto o senhor considerar ofensivo chamar-lhes neoliberais, poderemos chamá-las, tão-só, de liberais, porque se limitam a recorrer a soluções comprovadamente esgotadas e a penalizar os que tradicionalmente têm sido, na nossa sociedade, os mais estigmatizados!

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, o programa hoje apresentado não é um novo programa do Governo mas, sim, um programa concreto para a produtividade e o crescimento da economia.

No âmbito desse programa, incluímos, ao contrário do que V. Ex.^a parece sugerir, medidas para a inovação. Anunciámos mesmo dois programas concretos — a um demos o nome de «IDEIA» e a outro o nome de «NEST» —, que são programas de inovação tecnológica, para permitir uma melhor colaboração entre universidades e centros de investigação e empresas e nos quais também

haverá lugar, se houver iniciativa a este nível, para a inovação no domínio da política energética e da salvaguarda do nosso ambiente.

Aliás, a preocupação com o ambiente está presente no Programa do Governo; agora, não pode é ser essa a medida que anunciamos cada vez que vimos a esta Assembleia! Em todo o caso, o Programa contempla essa preocupação e abre espaço, também nesse domínio, para uma colaboração eficiente entre empresas, universidades e centros de investigação.

Mas o mais significativo, agora que ouvimos todos os partidos políticos representados nesta Assembleia, é o facto de, na realidade, ninguém ter contestado o bem fundado deste Programa para a Produtividade e o Crescimento da Economia! Este é um programa que se justifica, que merece a nossa atenção e que é necessário para o desenvolvimento do País. Alguns dos Srs. Deputados gostariam, eventualmente, que ele contemplasse outras medidas, mas verifiquei que ninguém contestou verdadeiramente a necessidade do programa e a sua linha geral, isto é, a preocupação com a produtividade e a competitividade.

Por isso, depois de ouvir todos os grupos parlamentares nesta Assembleia, apesar das diferenças, fico satisfeito por verificar que há algumas preocupações comuns, como a produtividade e a competitividade da economia portuguesa, e quero dizer à Assembleia que pode ter confiança neste Governo, pois ele apresentará resultados de que o País, no seu conjunto, vai poder orgulhar-se!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo por cumprimentá-lo e até felicitá-lo por esta sua intervenção, na medida em que ela marca uma viragem profunda na sua forma de conduzir o Governo e constitui, digamos, a primeira grande autocritica à acção desenvolvida pelo Governo durante estes quase dois meses de governação, que, aliás, para muitos, e em especial para os próprios membros do Governo, já parecem não dois meses mas mais de dois anos — não diria dois séculos, porque isso também seria muito longo!

Risos do PS.

Vozes do PSD: — Que exagero!

O Orador: — A intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e aquilo que aqui veio hoje enunciar, embora tentando reequilibrar as dificuldades do Governo em relação às prestações antecedentes, é manifestamente insuficiente.

O Sr. Primeiro-Ministro veio vangloriar-se de ter introduzido um rigor profundo nas contas públicas e de ter recuperado a credibilidade, mas não é essa a opinião dos agentes económicos, nem dos observadores consistentes, nem da Comissão Europeia. E o Orçamento rectificativo não é o *alfa* e o *omega* da política financeira em Portugal — é uma pequena parte que, aliás, demonstrou muitas vacilações do Governo de V. Ex.^a em cortar a despesa corrente primária.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Vamos ver o que será feito no orçamento para o próximo ano. Esse é que será um verdadeiro teste ao rigor, à capacidade de resistir às influências e à determinação para cumprir o Pacto de Estabilidade. Aliás, a credibilidade financeira do Governo é também vista à luz do facto de o Governo — penso que aqui em contradição com a lógica de rigor — ter admitido o ressarcimento de dívidas fiscais dos clubes de futebol com acções das sociedades desportivas,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... o que é, seguramente, uma opção inédita na Europa em matéria de rigor nas finanças públicas!...

Aplausos do PS.

O Sr. António Costa (PS): — Essa é que é essa!

O Sr. José Sócrates (PS): — É preciso explicar essa!

O Orador: — Em matéria de crescimento económico, o Sr. Primeiro-Ministro revelou uma inexactidão que não atesta a favor da sua credibilidade no manejo dos indicadores económicos: disse que, nos governos anteriores, nunca se tinha verificado um crescimento económico português acima da média europeia — porventura, enganou-se! Terá de ler o *Diário* e mandar corrigir! A verdade é que, nos seus governos anteriores é que o País cresceu abaixo da média europeia e veremos se, no seu Governo, vai crescer igual, acima ou abaixo da média europeia — aí é que V. Ex.^a será verdadeiramente julgado pela credibilidade da forma como é capaz de impulsionar o desenvolvimento económico português.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Vem V. Ex.^a anunciar um conjunto de medidas sobre privatizações. Pois bem, mais de metade do que V. Ex.^a anunciou consta de programas em vigor, em matéria de privatização. Tudo o que disse sobre a EDP, a Portucel, a GALP são medidas que já constam de programas bienais que estão em execução pelo Governo — portanto, não se trata de nenhuma novidade. Veio introduzir alguma novidade quando falou na reserva fiscal de investimento, que é, como sabe, uma medida adoptada em 1999 — e não é, portanto, uma invenção deste Governo —, mas resta saber se aquilo que este Governo vai agora decidir nesse campo é restringir o âmbito de aplicação dessa medida que, como V. Ex.^a sabe, agora se aplica a todos os investimentos superiores a um milhão de contos e nós gostaríamos que não viesse a aplicar-se apenas a investimentos superiores a 10 milhões de contos. É, portanto, uma área onde vamos escrutinar bem e em concreto a política do Governo.

V. Ex.^a veio também falar, a este propósito, em confiança, mas a confiança não é um acto voluntarista — a confiança está profundamente abalada pelas prestações públicas do Governo em relação à criação de um clima de depressão nas famílias e nos empresários que V. Ex.^a agora tentou inverter, já calculando os riscos dos erros dessa sua primeira prestação, mas de forma muito insuficiente porque a confiança está profundamente abalada pelo choque fiscal que não existiu. E está profundamente abalada,

como V. Ex.^a sabe, pela grande confusão que reina no seu Governo quanto à clarificação dos investimentos estruturantes para o País e as suas prioridades, porque todos os dias dizem uma coisa diferente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jaime Gama, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir.

O Orador: — Também em relação à competitividade, o que se passa na educação e na administração pública é verdadeiramente aterrador, mas V. Ex.^a tem, porventura, agora a possibilidade — e era esse o sentido essencial da minha pergunta — de revelar o verdadeiro programa, concreto, do Governo... É porque tínhamos o programa da oposição, depois tivemos o manifesto eleitoral, depois entramos na fase da culpabilização do antecedente, que é já a desculpabilização do existente...

Risos do PCP e de Os Verdes.

Quando é que temos o verdadeiro detalhe das políticas governativas nas áreas sectoriais,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... no domínio fiscal, na educação, na modernização? Em suma, aquilo que V. Ex.^a hoje aqui trouxe é uma «gota de água» no oceano que está por definir por parte deste Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Ministro comunicou à Mesa que, para administrar o tempo que lhe resta, responderá às perguntas em blocos de três interpelantes.

O Sr. António Costa (PS): — Não dá jeito!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Tavares Moreira.

O Sr. Tavares Moreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A produtividade e a competitividade — que são o tema central deste debate — constituem variáveis fundamentais para apreciar o desempenho actual e futuro da economia portuguesa.

É inquestionável que só com uma evolução muito mais positiva da produtividade do que a que tivemos nos últimos anos, por sua vez reflectida num comportamento muito mais favorável dos custos unitários de produção, em particular dos custos do trabalho por unidade produzida, e também da competitividade externa, será possível que o modelo de crescimento da economia portuguesa adquira sustentabilidade no médio e no longo prazos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Convém desde já esclarecer, para que não haja quaisquer dúvidas neste ponto, que o modelo de crescimento da economia portuguesa que está em vigor no imediatamente antes da entrada no euro e sobretudo no pós-euro está completamente esgotado, falhou e é absoluta-

mente inviável numa União Monetária. Isto mesmo foi dito ainda há poucas semanas num texto subscrito pelo Governador do Banco de Portugal. Faz todo o sentido, como o Sr. Primeiro-Ministro aqui fez, tem toda a lógica conduzir a discussão desta temática da produtividade e da competitividade no contexto das prioridades da política económica hoje em Portugal. Estas prioridades, por sua vez, têm a ver com a questão central que hoje se coloca à economia portuguesa — e essa é inquestionavelmente a da insustentabilidade e da consequente necessidade de urgente correcção do desequilíbrio entre a produção e a despesa que vimos acumulando desde 1998, pelo menos. É esse desequilíbrio que explica os elevadíssimos *deficit* externos acumulados no mesmo período e são estes desequilíbrios que explicam o insustentável e galopante processo de endividamento externo — mais de 50 mil milhões de euros em quatro anos apenas!

Quanto a este último ponto, a informação mais recente disponibilizada pelo Banco de Portugal para o primeiro trimestre de 2002, aponta, aliás, para um sério agravamento da restrição de financiamento, medida pelo peso relativo do serviço da dívida ao exterior, mostrando que se iniciou há alguns meses, há uns bons meses, um processo de asfixia financeira, lento mas progressivo, do sector produtivo com reflexos no aumento do desemprego que se faz sentir desde Dezembro último. E ainda há neste Parlamento — e até fora dele — quem deseje ardentemente o prosseguimento deste processo auto-destrutivo da economia! É bizarro, parece absurdo, mas é infelizmente verdade.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Quem se opõe à inversão corajosa, por vezes necessariamente dramática, da absurda política orçamental que nos foi imposta até há pouco tempo, objectivamente vota pela asfixia inexorável da economia portuguesa e do seu sistema produtivo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para ultrapassar este problema central da economia portuguesa, é indispensável, é prioritário começar por conter o crescimento da despesa interna, via política orçamental única, que temos, porque estamos numa união monetária. Por isso mesmo, o Governo assumiu, com toda a coragem e lucidez, a opção por uma viragem fundamental de política quando aqui apresentou o orçamento rectificativo, que apresentámos com toda a convicção. Cumpre salientar que a nova política orçamental — que deverá ser aprofundada em 2003 — cabe-lhe uma tripla finalidade: a consolidação orçamental, que está a iniciar-se; a sustentabilidade das finanças públicas a médio e a longo prazos, e a reafecção de recursos a sectores mais produtivos saídos de sectores menos produtivos ou quase nada produtivos.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Há depois múltiplos aspectos das políticas chamadas estruturais que podem influenciar favoravelmente o binómio produtividade/competitividade, mas aqui com efeitos a médio e a longo prazos. São essencialmente políticas dirigidas à melhoria da eficiência dos mercados

de factores — mercado do trabalho, onde tem grande importância uma forte aposta na valorização dos recursos humanos, a política educativa e também o mercado de capitais — e da eficiência dos mercados de produtos, onde têm grande importância a política de concorrência e a política de regulação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Tavares Moreira, o seu tempo está esgotado. Faça favor de concluir.

O Orador: — Estou a acabar, Sr. Presidente.

Há ainda a considerar o tratamento de *dossiers* de grande importância para estimular o investimento e a oferta de bens e serviços, nomeadamente voltados para a exportação — alguns, o Sr. Primeiro-Ministro já os citou, mas eu acrescentaria a resolução do importantíssimo *dossier* da dívida de Angola, que só ao sector produtivo representa 1500 milhões de dólares.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Exactamente!

O Orador: — Finalmente, a minha pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, é: até que ponto subscreve o Governo esta análise e que ênfase tenciona dar a estes diferentes aspectos da política económica?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O programa e a actuação do Governo têm sido claros. A prioridade consiste em equilibrar as Finanças Públicas como condição prévia a um processo de crescimento sustentado que nos faça de novo convergir com a «Europa da frente» e não divergir dela. Disciplinar as finanças é ter também a preocupação de racionalizar o investimento e uma forma concreta de combater o despesismo. O País está cheio de maus exemplos de investimentos desnecessários, mal dimensionados e mal inseridos nos sistemas económico e sociais que deveriam servir.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Durante a campanha eleitoral, insistimos (permitir-me-ia dizer) pedagogicamente — e no debate do Programa de Governo voltámos a referir-nos a essa questão — em que, para nós, o prioritário é gerir bem o existente, o urgente e o que é mais rentável é reabilitar e requalificar, evitando que os investimentos feitos com o sacrifício da colectividade entrem prematuramente em ruína, e eu acho que só quando estritamente necessário — eu diria indiscutível — se deve avançar em novos investimentos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A «liturgia da obra nova» é prática no nosso País há muitas décadas e o seu corolário é a «inauguração»; esta liturgia tem de ser combatida, sobretudo quando a ela se associa o «localismo» e isto deve ser feito por uma prática de respeito pelos dinheiros públicos.

O governo socialista deixou no ar três grandes promessas de obras novas: o TGV, o aeroporto da Ota e a terceira travessia do Tejo. É fácil prometer tudo, a toda a gente e ao mesmo tempo. Acho que teria sido mais útil se se tivesse avançado simultaneamente na organização metropolitana dos transportes, se se tivesse feito uma reflexão sobre o sistema ferroviário, se se tivesse atacado de frente a sinistralidade rodoviária, etc., etc.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — No que se refere aos grandes projectos, que a opinião pública segue atentamente, o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações esteve esta semana na Comissão especializada onde teve ocasião de confirmar que o TGV é para avançar; que o aeroporto da Ota é projecto adiado, mas que, entretanto, avançam os estudos; e que, sobre a terceira travessia do Tejo, as dúvidas eram maiores, sobretudo quanto à sua localização.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — Após este enquadramento, queria fixar-me sobre o aeroporto da Ota, dada a importância que o nosso principal aeroporto internacional tem para a competitividade da economia em geral e atendendo a que V. Ex.^a teve, sobre esta matéria, posição muito activa durante a campanha eleitoral e tem agora a responsabilidade cimeira sobre a condução do *dossier*.

Assim sendo, queria endereçar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, as seguintes questões: primeira, o aeroporto da Ota é, definitivamente, um projecto abandonado ou um projecto deferido?

Segunda, está assegurada, no processo de adaptação do aeroporto da Portela ao horizonte de 16 milhões de passageiros com reserva até aos 18 milhões, a movimentação das mercadorias? E esta segurança é uma «solução Portela» ou prevê-se o recurso a outros aeroportos?

Finalmente, quando se prevê, tanto quanto é possível prever, a passagem à fase de obra?

Aplausos do CDS-PP e Deputado do PSD Luís Marques Guedes.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, começo por estas duas últimas intervenções dos Srs. Deputados Miguel Anacoreta Correia e Tavares Moreira. Sr. Deputado Tavares Moreira, subscrevo na íntegra a análise que fez.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS). — Mas que surpresa!...

O Orador: — Todos os alertas que V. Ex.^a, Sr. Deputado, fez ao longo de anos, se tivessem sido ouvidos pelo governo de então, teriam poupado ao País esforços que agora este Governo vai ter de fazer. Tem V. Ex.^a, pois, toda a razão nessa análise, como também tem toda a razão, ao chamar a atenção para os alertas do Governador do Banco de Portugal que vêm confirmar a preocupação do Governo e também o bem fundado da opção do Governo por uma política económica de rigor.

Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia, no que diz respeito à questão que me coloca, nomeadamente quanto ao aeroporto da Ota, a nossa posição é bem clara: não é uma prioridade deste Governo, não será feita essa obra durante esta legislatura!

No entanto, quero deixar claro que não haverá outra alternativa, ou seja, em termos de futuro aeroporto internacional para Lisboa, a localização está decidida. Portanto, os estudos poderão avançar, mas a obra não arrancará nesta legislatura. O Governo tem de ter a coragem de dizer não apenas o que vai fazer mas também o que não vai fazer...

Voices do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... porque é importante os portugueses entenderem que é tempo de pôr fim à demagogia, que não há dinheiro para tudo e que há que estabelecer com clareza as prioridades — e as nossas prioridades são aquelas que nós definimos no programa do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em relação ao Sr. Deputado Jaime Gama, fez uma intervenção que eu não diria ser propriamente uma auto-crítica mas que é, de alguma forma, uma auto-crítica em relação à bancada no seu conjunto, procurando afastar-se do tom da bancada de que faz parte. É porque o Sr. Deputado Jaime Gama, como terão reparado os Srs. Deputados, veio dizer praticamente o contrário em relação à crítica que me tinha sido dirigida até aqui. E a crítica que me tinha sido dirigida pelo Deputado Eduardo Ferro Rodrigues e por outros Srs. Deputados foi a de que havia mudanças radicais e que este Governo estava praticamente a «dar cabo de tudo». E o Sr. Deputado Jaime Gama disse que não, que se trata uma linha de continuidade e que o Governo estaria agora numa linha de continuidade. Compreendo a intenção do Sr. Deputado Jaime Gama, mas vou desiludi-lo: não há, de facto, uma linha de continuidade, nem há da parte do Governo, neste momento, qualquer alteração da sua estratégia em relação ao início das suas funções. O que há é o cumprimento coerente de uma estratégia.

Como V. Ex.^a sabe bem — até porque V. Ex.^a, aliás, gosta das questões de estratégia —, uma estratégia pode ter várias fases, vários elementos e a nossa estratégia tem três elementos principais: o primeiro é a contenção orçamental, e aí a mensagem deve ser de rigor, sendo uma mensagem, se quiser, até de alguma forma antipática, mas tinha de ser essa a nossa mensagem inicial. O rigor é para as pessoas entenderem que se está a mudar a política portuguesa não apenas quanto à forma mas também quanto à substância. Foi este o primeiro passo na nossa estratégia.

Depois quisemos dizer também uma coisa muito importante: é que não basta a urgência para acudir à situação de emergência em que se encontram as nossas contas públicas; são necessárias, para além de medidas conjunturais, decisões com carácter estrutural. Daí o nosso compromisso de entregarmos na Assembleia da República até ao fim desta sessão legislativa propostas de lei que vão modificar substancialmente a situação actual em domínios como o da saúde, o da educação, o da segurança social, o da justiça e o da própria emigração. É este o segundo elemento da nossa estratégia.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Há, depois, um terceiro elemento da estratégia, que foi aquele que vim anunciar hoje e que será desenvolvido nos próximos dias, que é o programa para a economia, a tal ideia de que não basta o rigor, não basta cortar na despesa, que é necessário também criar riqueza. Já não é só a mensagem da dificuldade, é a mensagem da esperança e da confiança!

Por isso, Sr. Deputado, não há qualquer incoerência na nossa posição, não há qualquer ziguezague na nossa orientação; o que há é o prosseguimento decidido e coerente de uma estratégia pensada, decidida, coerente, que este Governo, com o apoio da maioria, vai levar à prática ao longo dos próximos anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Um dos mais evidentes denominadores comuns das medidas que o Governo apresentou até agora é sem dúvida o de que elas constituem um ataque cerrado aos direitos dos jovens portugueses.

A orientação do Governo teve como um dos alvos principais das suas políticas essenciais a acentuação das dificuldades dos jovens portugueses seja em matéria de educação, de emprego ou outras.

O Governo actua contra a juventude portuguesa com a escandalosa decisão de pôr fim ao crédito bonificado. Os jovens são obviamente os principais beneficiários desta medida e foram-no até agora. É uma medida sem justificação, Sr. Primeiro-Ministro!

Diz o Governo que há fraudes e que isso justificaria em parte o fim desta bonificação. Então, Sr. Primeiro-Ministro?... Combatam-se as fraudes, por exemplo, exigindo mais informação às instituições bancárias sobre os processos de crédito bonificado!

Diz o Governo que este benefício pesa demasiado no Orçamento do Estado, mas a verdade é que a própria Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças disse-nos que neste Orçamento — o tal que é preciso salvar! — não havia um peso significativo do fim desta bonificação. Aliás, não se viu qualquer referência à bonificação aos clubes que pretendem contrair empréstimos para construir os estádios do Euro 2004. Aí não há qualquer problema com a contenção neste Orçamento do Estado!...

Voices do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Diz o Governo que as taxas de juro baixaram e que por isso esta medida já não se justifica. Pergunte, Sr. Primeiro-Ministro, a todos os jovens que neste momento já não estão a ter possibilidade de comprar casa própria se esta medida se justifica ou não, se esta bonificação se justifica ou não e se esta medida de acabar com a bonificação do crédito não põe fim à esperança e ao direito de ter casa própria para muitos jovens e casais jovens.

O Governo actua também contra a juventude nas medidas que pretende tomar na segurança social, abrindo a porta

à privatização, impondo-a desde já aos mais jovens, apostando até no seu maior distanciamento em relação à matéria em causa. Trata-se, desde já, de pôr as contribuições destes jovens ao serviço dos grandes interesses económicos, hipotecando o seu futuro.

Voices do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Governo actua contra a juventude no acesso ao ensino, com destaque para a situação a que estão a ser votados os ensinos nocturno e recorrente, com o encerramento do ensino nocturno em muitas dezenas de escolas do País — só no distrito de Lisboa são 15 —, e serão milhares os que deixam de ter a hipótese de avançar nos seus estudos, especialmente jovens trabalhadores. É uma situação de profunda injustiça social e sem qualquer fundamento. É uma discriminação para quem tem de estudar à noite e não tem dinheiro para pagar a propina nos externatos privados, que assim se vão manter.

Aplausos do PCP.

Acrescente-se a isto a precariedade a que os jovens trabalhadores estão sujeitos e as intenções do Governo de os atingir ainda mais com a flexibilização das relações laborais, com a discriminação de direitos, sempre especialmente apontada às camadas mais jovens.

Diz o Sr. Primeiro-Ministro que não há produtividade sem confiança das empresas, mas parece querer impor uma política em que essa produtividade só se faz à custa dos trabalhadores e sem garantir a confiança trabalhadores e dos jovens trabalhadores.

Voices do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E o que dizer, Sr. Primeiro-Ministro, de uma matéria especialmente dedicada à juventude, isto é, o que dizer da situação em que vivem actualmente o SPTT e o IPDT, organismos relacionados com a área da toxicodependência? O que dizer da mais completa indefinição em que se encontra a anunciada fusão entre ambos os organismos, misturando-se até funções completamente diversas? O que dizer das centenas de trabalhadores que poderão deixar de ter contrato com estes organismos e, portanto, podendo acabar-se com as funções destes organismos em tantas e tantas instituições?

Por exemplo, hoje, dia 31 de Maio, no momento em que aqui estamos, começam já a cessar contratos de técnicos que são fundamentais para manter abertos certos postos de atendimento a toxicodependentes por esse País fora...! E isto prolongar-se-á até ao final do ano.

O que dizer desta política, Sr. Primeiro-Ministro, que até no combate à toxicodependência põe entraves irresponsáveis e contra o interesse da juventude e da população?

Aplausos do PCP.

Até no rendimento mínimo garantido o Governo entendeu que a questão central é a de acabar com o acesso dos jovens até aos 25 anos a esta prestação, dizendo que os jovens desta idade devem estar a estudar ou a trabalhar. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, o rendimento mínimo garantido é uma prestação concedida em função das necessidades sociais, não em função da idade!...

Voices do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E é precisamente nesta idade, entre os 18 e os 25 anos, que se podem resolver e prevenir muitos dos problemas que afectam a juventude portuguesa e que podem desviar muitos jovens para caminhos que não são os mais desejáveis.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Com esta política o Governo não atinge apenas os jovens de hoje e os seus direitos, aponta mais além. Não se trata de uma infeliz coincidência de medidas negativas. Com esta política o Governo pretende introduzir profundos retrocessos sociais, instituir a precariedade como regra, «elitizar» ainda mais o acesso ao ensino, pretende impor a privatização na segurança social, ouvindo os interesses mais retrógrados que lhe dizem que é aí que assenta a competitividade da economia.

Atacando direitos e legítimas perspectivas das novas gerações de trabalhadores, o Governo assenta o desenvolvimento que propõe numa matriz de precariedade, de baixa produtividade e de baixos salários e de produção desvalorizada. E pretende fazê-lo penalizando as gerações do futuro do nosso País.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Coelho.

O Sr. Jorge Coelho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Tendo seguido, como é óbvio, com atenção este debate e tendo em conta outras declarações que V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, tem feito noutras ocasiões, gostava de saudá-lo porque, tendo referido na campanha eleitoral que, enquanto houvesse pensões de miséria em Portugal, não haveria alta velocidade ferroviária no nosso País,...

O Sr. Primeiro-Ministro: — Eu nunca disse isso!

Voices do PSD: — Nunca se disse isso!

O Orador: — ... como já disse que esse projecto passa a ser prioritário, V. Ex.^a vai, com certeza, anunciar a seguir o aumento das pensões para todos aqueles que estão à espera que o Governo cumpra aquilo que V. Ex.^a prometeu na campanha eleitoral.

Aplausos do PS.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso não é verdade!

O Orador: — É que, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a trouxe aqui hoje uma intervenção que vai ao encontro das críticas que lhe vinham fazendo, nomeadamente até sectores do seu Governo, do seu partido e do partido da coligação no sentido de que estava a correr o risco de matar o doente com o tratamento e não com outras questões... E por isso, hoje, trouxe uma forma de tentar

demonstrar ao País que era fundamental desenvolvê-lo de outra maneira.

Mas gostava de lhe dizer que, se vir bem, infelizmente o Governo de V. Ex.^a, nestes dois meses que leva de actuação, para os portugueses é conhecido por outras razões. O Governo é conhecido por que faz despedimentos massivos na Administração,...

Risos do Sr. Deputado do PSD Guilherme Silva.

... despedimentos em que não está só em causa a saída de pessoas, estando muitas delas no início da vida activa, mas também o facto de os locais onde trabalham ficarem com o serviço degradado e, como é evidente, assim fica diminuída a qualidade de vida dos portugueses.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Na educação, há escolas a fechar e na saúde põe-se em causa algo que V. Ex.^a considerou também muito importante e que os portugueses conhecem; a medida que tomaram vai pôr em causa a recuperação das listas de espera e basta ir aos hospitais para ver as consequências da saída das pessoas.

Aplausos do PS.

Dou-lhe um exemplo, Sr. Ministro: no Hospital de S. João, no Porto, a dispensa de cerca de 400 pessoas comprometerá o funcionamento de serviços essenciais como o de hematologia, sem o qual não há transfusões de sangue, não há garantias de segurança no funcionamento dos blocos operatórios e podem ficar comprometidos os tratamentos em oncologia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O que é que diz a isto, Sr. Primeiro-Ministro?

São portugueses, são pessoas, não são peças de máquinas nem tijolos de qualquer obra!...

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que também os jovens estão profundamente agastados com o Governo de V. Ex.^a por causa do fim da bonificação das taxas de juro. V. Ex.^a prometeu que ia ter uma política nova para os jovens e a primeira e única medida concreta que teve até agora foi a de lhes retirar direitos e de diminuir a esperança de terem uma vida com mais dignidade e melhor em termos de futuro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Também prometeu na campanha eleitoral baixar os impostos, prometeu que ia fazer um «choque fiscal», diminuindo o IRC e o IRS. E o que é que têm os portugueses? Têm o imposto mais cego e mais injusto de que o Sr. Ministro de Estado falava em tempos a ser aumentado a partir do dia 4!...

Poder-me-á dizer que é uma política global para todos, mas não é! V. Ex.^a tem um conceito importante: para o Governo de V. Ex.^a quem não tem dinheiro não é gente!

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Vou referir dois casos concretos que justificam o que estou a dizer: em primeiro lugar, para os fracos — e estas pessoas que referi são as que têm mais dificuldade de defesa — V. Ex.^a, aliás fazendo jus do seu nome, aplica medidas «duras», provenientes de um autêntico «Durão». Para os mais fortes, para aqueles que efectivamente têm compromissos com V. Ex.^a, no que diz respeito à banca e àquilo que tem a ver com as *off-shores*, gostava de lhe perguntar se sabe, com as novas disposições que existem, quanto vão pagar a menos os bancos relativamente àquilo que pagavam no passado.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça favor de concluir.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de colocar-lhe uma pergunta muito concreta: não respondeu ao meu colega, Sr. Deputado Jaime Gama e por tudo aquilo que os senhores disseram no passado não quero acreditar no artigo que está hoje publicado no *Diário de Notícias* com o título «Ministra das Finanças aceitou acções da SAD benfiquista».

Repito, não acredito que a Sr.^a Ministra das Finanças tenha aceite isto, por tudo aquilo que a ouvi dizer no passado e por tudo aquilo que os senhores disseram no passado. Portanto, pergunto-lhe: isto é verdade, Sr. Primeiro-Ministro? O que é aconteceu? O que é que vai acontecer? Estas respostas são fundamentais para o País e para os portugueses saberem se também há uma política para estes que são mais fortes relativamente a todos os cidadãos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O senhor vai pelo caminho que entende, mas em nome do PS digo-lhe que continuamos a lutar por um movimento, por um governo, por uma luta com solidariedade e com justiça social, ao contrário do que os senhores estão a fazer.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Machado Rodrigues.

O Sr. Machado Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que lhe manifeste a minha satisfação por ter seleccionado para o primeiro debate mensal com V. Ex.^a o tema da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. Se a produtividade e a competitividade são importantes em quaisquer circunstâncias e em qualquer economia, quando uma economia não dispõe de instrumentos de política monetária e de política cambial elas assumem ainda aspectos mais decisivos e de maior importância.

Assim, ao sublinhar a minha satisfação pela selecção deste tema não posso deixar de fazer um paralelo com a atitude de anteriores governos relativamente a esta mesma matéria. Porém, para fazer este paralelo trago à memória

o que se passou nesta Assembleia aquando da discussão e aprovação do Orçamento do Estado para 2001, ou seja, cerca de Novembro de 2000.

Nessa altura, o governo disse para toda a Câmara e para todo o País ouvirem — e o governo da altura são os senhores que se sentam agora na bancada do PS — pela voz do Sr. Primeiro-Ministro de então, que a economia portuguesa não crescia mais porque tinha a sua capacidade potencial praticamente no limite do esgotamento.

Ou seja, dizia o governo que todos os meios de produção estavam alocados, sem curar de saber se estavam bem ou mal alocados e se estavam alocados de forma útil ou inútil. Naturalmente que a constatação da realidade é a de que muitos meios estavam — e estão! — alocados de forma inútil.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Produtividade é também produzir o mesmo com menos meios por forma a libertar meios para se poder produzir mais e melhor. Esta é também uma forma de aumentar a produtividade.

Por isso, nessas circunstâncias que existiam na altura e perante a crítica, também, aliás, expressa, por exemplo pelo Conselho Económico e Social que já dizia que não estava a ser devidamente contemplada a questão da produtividade, o governo de então fez orelhas moucas, não tomou qualquer iniciativa, não fez qualquer programa, não tomou qualquer medida de melhoria da produtividade.

Esse governo do PS tinha nessa altura condições propícias para tomar as acções de reestruturação que levassem ao aumento da produtividade, mas não as aproveitou, deixou degradar a situação. O governo do PS nada fez nessa matéria e hoje com a situação muito mais difícil, com uma conjuntura mais complicada é o Governo do PSD que tem de enfrentar este desafio e que o enfrenta de uma forma decidida, de uma forma séria, porque é a construção do futuro que está em causa, são alguns sacrifícios que é preciso incorrer conjunturalmente para que o futuro seja assegurado.

E a pergunta que lhe queria colocar, Sr. Primeiro-Ministro, mas que também, dirijo à bancada do PS...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Machado Rodrigues, permita-me que lhe faça a observação de que essa questão deve ser colocada ao Sr. Primeiro-Ministro, porque é essa a ordem do dia. Noutra altura, poderá colocá-la à bancada do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Orador: — Então, que a bancada do PS também me ouça.

Sr. Primeiro-Ministro, como estava a dizer, numa conjuntura destas, com um problema tão sério para enfrentar, não deveria haver uma atitude responsável e de constatação do grande desafio que temos a vencer e deixar um pouco para trás os pretensos interesses partidários momentâneos pondo na primeira linha o interesse nacional?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. António Costa (PS): — Não se esqueça das acções do Benfical!

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação às questões concretas que me foram colocadas, começando por responder ao Sr. Deputado Machado Rodrigues, quero dizer que o sistema de incentivos às pequenas iniciativas empresariais, que o anterior governo suspendeu, vai ser relançada por este Governo uma nova fase, porque achamos que ele é fundamental para as micro e pequenas empresas. É mais um instrumento para criar emprego. Também aqui, em vez de prometer, optámos por fazer.

No que diz respeito às questões colocadas pelo Sr. Deputado Bernardino Soares, nomeadamente em relação à juventude, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, o seguinte: conforme a Sr.^a Ministra das Finanças já esclareceu, o crédito bonificado para a habitação, com as actuais taxas de juro, não tinha praticamente vantagem para os eventuais beneficiários,...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Não diga isso!

O Orador: — ... tinha, sim, vantagem para quem emprestava.

Além do mais, verificou-se que estava generalizada a prática de alterar o recurso a esse crédito: em vez de ser crédito realmente utilizado para os jovens, era crédito para, em muitos casos, comprar-se segunda e terceira habitações, mas que, obviamente, era crédito pedido em nome de jovens, sendo aí a prova difícil de fazer de modo a evitar a adulteração de um instituto que, no passado, tinha justificação, mas que agora, a nosso ver, já não se justificava.

Para nós, a verdadeira política de apoio aos jovens consiste na promoção de condições para o crescimento da economia, consiste em romper com a prática do anterior governo, que, por norma, gastava hoje para pôr os jovens a pagar depois.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — A nossa política é diferente: é a de só assumir despesa quando esta mesma geração tem condições para a pagar, não lançando a factura sobre as gerações futuras.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ao Sr. Deputado Jorge Coelho tenho de dizer o seguinte: em primeiro lugar, V. Ex.^a fez-me uma acusação concreta, que vai ter de provar.

O Sr. Jorge Coelho (PS): — Quer ver que vou preso!

O Orador: — V. Ex.^a vai ter de provar onde é que eu disse, onde é que diz no Programa do Governo que o TGV não era para avançar.

Vozes do PS: — Não?!

O Orador: — O que eu disse, isso sim, foi que o aeroporto da Ota e uma nova travessia sobre o Tejo não seri-

am prioridade nesta Legislatura. E não o são, não os vamos executar. Contudo, em relação ao TGV, eu nunca disse isso que V. Ex.^a me acusa de dizer.

O Sr. Jorge Coelho (PS): — Disse, disse!

O Orador: — A verdade é que os socialistas continuam a pensar que por repetirem mil vezes uma mentira ela se transforma em verdade. Não é o caso. Isso não é verdade, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

V. Ex.^a fala em despedimentos na Administração Pública. Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que não há despedimentos na função pública. Nós não vamos fazer despedimentos na Administração Pública.

Vozes do PS: — Ai não?!

O Orador: — Agora, vamos acabar com a sua política — V. Ex.^a também teve a responsabilidade da Administração Pública — de dar a ideia de que, à partida, toda a gente pode ter garantido um lugar na função pública, porque os contribuintes portugueses não podem garantir isso.

Protestos do PS.

É demagogia dizer aos portugueses que podemos garantir a todos um emprego na Administração Pública.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a é um dos grandes responsáveis pelo descontrolo a que chegámos na Administração Pública. V. Ex.^a não devia falar na situação da Administração Pública.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Se há matéria que V. Ex.^a não devia referir é a Administração Pública.

Vozes do PSD: — Os boys!

O Orador: — A situação que hoje em dia temos na Administração Pública, o descontrolo que se verificou é da responsabilidade, entre outros, do Sr. Deputado Jorge Coelho.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em vez de haver responsabilidade das finanças para se exercer um controlo rigoroso, para haver um controlo do dinheiro dos contribuintes, para se evitar a demagogia,...

O Sr. António Costa (PS): — Olhe o Benfical!

O Orador: — ... para se evitar o «empreguismo» e o clientelismo na Administração Pública, o Sr. Deputado Jorge Coelho, então membro do primeiro governo do Eng.^o António Guterres promoveu o «empreguismo», o clientelismo, assim debilitando, e de que maneira!, a Ad-

ministração Pública e criando um problema sério ao Estado e aos contribuintes portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. António Costa (PS): — E o Benfical?

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, o tempo de que dispunha esgotou-se. Peço-lhe o favor de concluir.

O Orador: — Contudo, em relação à Administração Pública, quero garantir que não haverá, mesmo em relação aos contratados a prazo, qualquer situação de ruptura...

Vozes do PS: — Ai é?!

O Orador: — ... na saúde, na educação, que cada caso vai ser analisado pelo seu mérito próprio, que não vamos afastar ninguém que seja essencial para os serviços públicos, que entendemos salvar e prestigiar a função pública e pensar nas pessoas, mas fazemo-lo sem demagogia, não procurando dar a ideia de que podemos garantir aquilo que é impossível qualquer governo responsável conseguir garantir aos portugueses.

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS): — E o Benfical?

O Orador: — Essa é a nossa política, e vamos levá-la a cabo.

Vozes do PS: — E o Benfical?

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe para ser breve, uma vez que o tempo de que dispunha esgotou-se.

O Orador: — Sr. Deputado Jorge Coelho, em relação à questão fiscal que referiu, informa-me a Sr.^a Ministra das Finanças, porque, como V. Ex.^a deve saber, não compete ao Primeiro-Ministro...

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, façam silêncio para podermos ouvir o orador.

O Orador: — ... seguir processos individuais de contribuintes (pelos vistos, VV. Ex.^{as} seguiam os processos individuais de contribuintes, mas nós não!)...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... que não foi feito por este Governo, pela Ministra das Finanças ou pelo Secretário de Estado das Finanças qualquer acordo com qualquer contribuinte individual para qualquer perdão.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — São acções, não são perdões!

O Orador: — Não é, pois, verdade a informação que referiu.

Protestos do PS.

Tenho de lhe dizer que, se houver algum acordo, esse acordo foi feito ainda no tempo do governo de V. Ex.^a, pois, repito, não há qualquer acordo feito no tempo deste Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este Governo não fez, até agora, nenhum acordo individual com nenhum contribuinte individual para qualquer perdão ou regime especial, nem o fará...

Risos do PS.

... porque este Governo aplica a lei igual para todos, ao contrário de VV. Ex.^{as} que, quando estiveram no governo, se vergaram sempre aos *lobbies* dos mais fortes e dos mais poderosos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. Jorge Coelho (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Jorge Coelho (PS): — Sr. Presidente, para defesa da minha honra,...

Risos do PSD e do CDS-PP.

... e vou explicar porquê.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, para usar a figura regimental da defesa da honra pessoal, tenho o maior gosto em inscrevê-lo, mas depois dos outros oradores intervirem. É a regra!

O Sr. Jorge Coelho (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. António Costa (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. António Costa (PS): — É para defesa da honra da bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, com muita serenidade, porque quero acreditar que o Sr. Primeiro-Ministro não terá ouvido os precisos termos da questão que lhe foi posta pelo Sr. Deputado Jaime Gama, à qual não respondeu, e que foi retomada pelo Sr. Deputado Jorge Coelho, a que o Sr. Primeiro-Ministro, mais uma vez, também não respondeu, gostava de dizer que o que diz o *Diário de Notícias* de hoje é que a Sr.^a Ministra das Finanças aceitou como garantia de uma dívida fiscal da Sociedade Anónima Desportiva Sport Lisboa e Benfica acções dessa sociedade desportiva que fazem o Estado ser — a ser verdade a notícia — detentor de 20% do capital social da SAD do Benfica.

A questão que foi colocada ao Sr. Primeiro-Ministro era a de saber se V. Ex.^a desmente ou não este facto. Não fica bem a nenhum Primeiro-Ministro retirar o «tapete» a um membro do Governo, escudando-se que não sabe e que não acompanha um *dossier*, refugiando-se e remetendo as responsabilidades para a Sr.^a Ministra das Finanças. Desse ponto de vista, a Sr.^a Ministra tem...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Costa, chamo a sua atenção para o seguinte: até agora, não ouvi, na sua intervenção, qualquer expressão que signifique defesa da honra. Por favor, vamos conter-nos no Regimento.

Aplausos do PSD.

O Orador: — Sr. Presidente, essa sua intervenção foi indiscutivelmente oportuna. Todos ouviram o Sr. Primeiro-Ministro acusar a bancada do PS e o anterior governo de terem feito não sei o quê em matéria fiscal.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Costa, eu nem precisei de saber qual era a razão do seu pedido de palavra,...

O Orador: — Exactamente!

O Sr. Presidente: — ... porque ouvi as acusações feitas e, portanto, era natural que respondesse a elas. Por isso, dei-lhe a palavra imediatamente. Peço-lhe, no entanto, o favor de se conter dentro das regras do Regimento.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, ainda bem que ficou claro para V. Ex.^a qual foi a ofensa.

Sr. Primeiro-Ministro, tem de esclarecer muito claramente se é verdade ou não que o Estado se tornou detentor de acções correspondentes a 20% do capital da SAD do Benfica, se entende, em nome da igualdade que aqui disse querer assumir, que qualquer clube caloteiro passará para as mãos do Estado, porque ele fará a todos os outros clubes aquilo que faz ao Benfica, e se este é o entendimento do rigor, do combate à fraude e à evasão fiscais e da igualdade de que este Governo é portador.

É isto que V. Ex.^a tem de esclarecer muito claramente e, por favor, não se refugie atrás da Sr.^a Ministra das Finanças, porque V. Ex.^a, como chefe do Governo, tem, naturalmente, de assumir a responsabilidade por tudo aquilo que faz e não faz o conjunto do Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Costa, V. Ex.^a acaba de «dar um grande tiro nos próprios pés».

Voices do PS: — Ah!...

O Orador: — Vou ser extremamente claro, Sr. Deputado António Costa: não há, feito por este Governo,

nenhum acordo com o contribuinte a que V. Ex.^a se referiu na intervenção. É claro? É! Não há nenhum acordo feito por este Governo com o contribuinte que V. Ex.^a referiu.

Protestos do PS.

Em relação à notícia que referiu, e que eu não conheço, o que lhe posso dizer, baseado na informação que me é transmitida pela Sr.^a Ministra das Finanças, é que qualquer acordo que tenha havido é do governo anterior, é do governo de V. Ex.^a!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É claro? É!

Mais: o Governo, através do Ministério das Finanças, vai enviar à sua bancada a cópia desse acordo,...

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Afinal, há acordo!

O Orador: — ... a cópia dos pareceres dos serviços. Vai enviar todo o *dossier* à sua bancada.

E mais lhe digo, Sr. Deputado: vamos também enviar-lhe cópia de todos os processos de execução fiscal que VV. Ex.^{as} fizeram contra clubes de futebol. Ou seja, nenhum! VV. Ex.^{as} não foram capazes de levar a cabo nenhum processo de execução fiscal contra os mais fortes e contra os mais poderosos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Sobre que matéria, Sr. Deputado?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Isso é bastante vago, Sr. Deputado. De qualquer forma, tem a palavra.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, é para solicitar que a informação a que o Sr. Primeiro-Ministro se referiu agora não seja, obviamente, apenas entregue à bancada do Partido Socialista...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... e também para sugerir que, na já marcada reunião da Comissão de Economia com a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, esta matéria seja incluída na ordem de trabalhos para ser devidamente esclarecida, acrescentando ainda que seria útil ouvir também, talvez na mesma sede, o anterior Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que, pelos vistos, também terá informações sobre esta matéria.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Bernardino Soares, sobre os documentos que o Sr. Primeiro-Ministro, porventura, envie ao Parlamento, eles serão, obviamente, entregues a todas as bancadas.

Quanto à sua sugestão, por favor, remeta-a ao Sr. Presidente da respectiva Comissão, que, certamente, a terá em conta.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, como o Sr. Primeiro-Ministro invocou desconhecer a notícia a que me referi, irei entregar na Mesa uma cópia da mesma, solicitando-lhe que a mande distribuir,...

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Orador: — ... visto que ela é muito clara quanto ao facto de não ter havido nenhuma decisão do anterior governo sobre a proposta apresentada pelo então advogado do Benfica Dr. Vasco Valdez e de a mesma, segundo a notícia, ter sido decidida pela Sr.^a Ministra das Finanças por o actual Secretário de Estado Vasco Valdez se ter considerado impedido de despachar o pedido que ele próprio formulara enquanto advogado.

Irei, portanto, entregá-la à Mesa para que esta a faça distribuir.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça favor de a fazer chegar, porque a Mesa distribuí-la-á imediatamente.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Para uma brevíssima interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sobre que matéria, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, é sobre a questão que, através da Mesa, foi colocada ao Governo pelo Sr. Deputado Bernardino Soares, pois penso que poderei dar uma resposta que esclarecerá esta questão.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro deseja, portanto, usar da palavra para prestar um esclarecimento. Faça favor.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, julgo pertinente a interpelação que o Sr. Deputado Bernardino Soares fez e por isso, reafirmando o que o Sr. Primeiro-Ministro, sobre esta questão, disse em resposta ao Sr. Deputado António Costa, quero dizer que, por um lado, o Governo está disponível para enviar a todas as bancadas todo o *dossier* sobre esta matéria e, por outro, o Governo informa, desde já, que, na reunião da Comissão de Economia prevista para a próxima quarta-feira, a Sr.^a Ministra das Finanças e a sua equipa estão totalmente disponíveis para abordar esta questão. Assim fica já tudo decidido a este respeito e, quanto ao resto, fica tudo reafirmado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins (PS)**: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins (PS)**: — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa no sentido de lhe dar a informação de que, relativamente a esta questão, que estava pendente no Ministério das Finanças quando eu cessei funções, não foi dado qualquer despacho da minha responsabilidade, tendo eu transmitido essa informação ao actual Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa toma nota da sua informação.

Para pedir esclarecimentos ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Coelho. Informo que a Mesa concede mais 1 minuto para que possa fazer a pergunta.

O Sr. **Miguel Coelho (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero começar por o cumprimentar e dizer-lhe que talvez hoje se compreenda aquela declaração do Sr. Presidente do Benfica, Dr. Manuel Vilarinho, quando disse: «O Benfica apoia o PSD, porque o PSD vai resolver o seu problema fiscal».

Vozes do PS: — Muito bem lembrado!

O **Orador**: — Talvez hoje se tenha compreendido isso!

Aplausos do PS.

Em matéria de obras públicas, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de dizer que o seu discurso, o discurso do Governo, tem sido contraditório, hesitante e revela uma enorme falta de sensibilidade social.

No que diz respeito às SCUT, para além da sua introdução demagógica na análise da questão financeira, esquecendo-se que elas são auto-estradas que passam a ser acompanhadas e reparadas pelas respectivas concessionárias, revela uma falta de sentido de coesão nacional, um claro retrocesso no desenvolvimento económico das regiões deprimidas e, evidentemente, uma quebra da solidariedade nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Gostava também de dizer que, em relação ao TGV, V. Ex.^a faz um enorme ziguezague, uma vez que disse, no debate que houve na televisão com o Dr. Ferro Rodrigues, que o TGV era para parar. Em todo o caso, quero saudá-lo por este seu retrocesso, por este seu ziguezague, talvez por pressão dos nossos vizinhos espanhóis, como vimos na imprensa, porque o TGV é importante para o País, pois trata-se de um investimento estruturante muito importante.

Pergunto por onde vai passar o seu traçado. É ou não por Badajoz, tal como foi noticiado na comunicação social? E, sendo por Badajoz, como se aponta, o que acontecerá à ligação Lisboa/Porto? Mantém-se ou não a alta velocidade?

Em relação ao investimento previsto para o aeroporto da Ota, gostava de lhe dizer que houve aqui um novo ziguezague...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Coelho, peço-lhe que termine, porque o tempo de que dispunha esgotou-se.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, em relação ao investimento para o aeroporto da Ota, houve aqui um novo ziguezague, porque, na Comissão, o Sr. Ministro das Obras Públicas disse-nos que o aeroporto era para avançar, talvez com um ligeiro atraso, mas era para avançar, porque se tratava de um investimento importante para o País.

O Sr. **Fernando Pedro Moutinho (PSD)**: — Nem sabe ouvir!

O **Orador**: — Gostava de saber em que é que ficamos, Sr. Primeiro-Ministro. Basta de trapalhadas nesta matéria! Basta de ziguezagues, porque não prestigiam a política, não prestigiam a sua própria credibilidade, não prestigiam o País!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Neto.

O Sr. **Jorge Neto (PSD)**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a veio hoje anunciar ao País, de uma forma clarividente e lúcida, aqueles que são os fundamentos de uma nova política económica virada para o futuro, uma política económica de rigor, sustentada, que coloque, de uma vez por todas, Portugal nos trilhos do progresso e do desenvolvimento, por forma a assumir uma rota de convergência com os demais países europeus.

Sabemos que nos tempos de hoje vivemos a era do capitalismo informacional — já lá vão os tempos do capitalismo industrial! — e a entrada no euro decididamente que fez agudizar a concorrência a nível económico. Daí que uma das batalhas fundamentais que temos de travar no futuro seja a da produtividade *versus* competitividade.

E, neste domínio, V. Ex.^a sublinhou três pilares fundamentais, três eixos essenciais, desta nova política económica, que constitui, efectivamente, um marco de viragem rumo ao futuro.

Em primeiro lugar, a necessidade de um cenário macroeconómico estável, em que haja ordem, rigor e disciplina nas finanças públicas, que tantos tratos de polé sofreram no passado sob a égide socialista.

Em segundo lugar, uma reforma decidida e séria em sectores fundamentais — na Administração Pública, na Saúde, na Educação, na Justiça — que ponha cobro, de uma vez por todas, ao despesismo, à ineficiência e à falta de qualificação.

Em terceiro lugar, o relançamento da economia que, efectivamente, permita criar um sinal de alento, de esperança e de confiança no futuro e que propicie fundamentalmente à requalificação dos recursos humanos, pedra-de-toque do aumento da produtividade, a internacionalização da economia portuguesa e a atractividade do investimento estrangeiro.

Permito-me sublinhar duas medidas concretas acentuadas na sua intervenção, Sr. Primeiro-Ministro.

A primeira, que não é de somenos, é de substância, é a criação da Autoridade da Concorrência. Portugal tem vivido até aos dias de hoje num limbo terceiro-mundista no que à concorrência concerne. Não existia uma Autoridade da Concorrência com o poder efectivo de intervenção e de regulação da economia, como, aliás, é apanágio de qualquer Estado de direito democrático, particularmente de qualquer país da União Europeia. Nós estávamos, efectivamente, na periferia, no terceiro-mundo, em matéria de concorrência, designadamente no que concerne a fenómenos recorrentes que se verificam hoje em matéria de concentração de posições e de abusos de posição dominante, *dumping* e de outras matérias que não eram objecto de qualquer regulação e de qualquer punição e que eram também, por essa razão, um dos entraves, um dos *handicaps*, da economia portuguesa em matéria de investimento estrangeiro.

A primeira questão que quero colocar ao Sr. Primeiro-Ministro é a de saber se a criação desta Autoridade da Concorrência vai ou não dar um contributo decisivo à modernização e à competitividade da economia portuguesa.

E, conexas com esta, existe uma segunda questão, Sr. Primeiro-Ministro. Temos vivido com um problema sério em matéria de investimento directo estrangeiro, que se acentuou nas últimas décadas, sobretudo na área do investimento imobiliário, financeiro e da distribuição. Necessitamos como de pão para a boca, até pelo efeito de *benchmarking* que ele representa para a nossa economia, de investimento directo estrangeiro no sector produtivo, com valor tecnológico acrescentado e que constitua, efectivamente, um fenómeno indutor da competitividade e da produtividade da economia portuguesa. V. Ex.^a — e muito bem! — dá aqui um sinal claro de que vai virar a página em matéria de investimento directo estrangeiro, criando uma Agência Portuguesa de Investimento, a qual tem como enfoque principal a captação desse investimento.

A pergunta concreta, Sr. Primeiro-Ministro, é esta: que medidas concretas V. Ex.^a pensa implementar no sentido de tornar Portugal atractivo para o tal investimento directo estrangeiro produtivo, que constitua, efectivamente, um sinal claro de alento e de esperança para a economia portuguesa em matéria de produtividade e competitividade e que possa, de uma vez por todas, pôr de parte aquilo que é, ainda hoje e já, uma ameaça séria que paira, que é a de, efectivamente, Portugal ficar confinado, em matéria da sua economia, a uma economia periférica e reduzida até, em alguns sectores, a um mero país de serviços?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para responder, quero assinalar a presença, na tribuna diplomática, de uma missão parlamentar do Estado do Kuwait, que, pela segunda vez, visita o nosso país para exprimir o seu apreço pela colaboração de Portugal na grande coligação que libertou o Kuwait da invasão do Iraque, há alguns anos atrás.

Em nome de toda a Câmara, apresento as nossas mais cordiais saudações.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS, de pé.

Vou, então, dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para responder, dispondo de, apenas, 3 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Coelho, de facto, é extraordinária, se me permite, a sua interpelação em relação ao TGV. VV. Ex.^{as}, que estiveram no Governo seis anos, não conseguiram definir o traçado do TGV e ao fim de seis semanas querem que o Governo diga já qual vai ser o traçado do TGV.

Protestos do Deputado do PS Miguel Coelho.

Mas garanto-lhe que, até ao dia 15 de Setembro, será tornada pública a todos os portugueses a opção do Governo em termos de traçado no que diz respeito ao TGV, nomeadamente à conexão com a nossa vizinha Espanha.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Já estava tudo preparado!

O Orador: — Não vamos demorar seis anos, vamos demorar alguns meses, mostrando, assim, a nossa capacidade de decisão e a grande diferença em relação à «longa noite» socialista, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O que é óbvio, no final deste debate, Srs. Deputados, depois de ouvir, entre outras, a intervenção do Sr. Deputado Jorge Neto, é que o principal partido da oposição não foi capaz de apresentar qualquer alternativa ao Programa para a Produtividade e o Crescimento da Economia, que, hoje, aqui, foi apresentado.

Protestos do PS.

Trata-se de um Programa que introduz questões novas, como as aqui referidas pelo Sr. Deputado Jorge Neto: a Autoridade da Concorrência e a Agência Portuguesa do Investimento.

A Autoridade da Concorrência, porque um dos factores do nosso atraso é a falta de mecanismos de regulação credíveis e verdadeiramente independentes; há uma insuficiente cultura da regulação. Nós não somos pelo Estado mínimo, Srs. Deputados do Partido Socialista. Nós somos a favor de que o Estado deixe de se meter, lá, onde não deve, mas que exerça as suas competências, lá, onde ele deve e é insubstituível.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Estado tem competências de regulação e vamos criar uma Autoridade da Concorrência para que, em Portugal, deixe de haver práticas de concorrência desleal, para que as empresas portuguesas sejam mais competitivas e possam concorrer melhor no mercado global. Esta é também uma diferença radical em relação à política, ou ausência de política, do governo que nos antecedeu!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — É um instituto público!

O Orador: — A Agência Portuguesa do Investimento destina-se não apenas ao investimento estrangeiro (e vamos, se necessário, lá fora, buscar esse investimento estrangeiro), mas também aos grandes investimentos portugueses, porque é necessário dar uma nova confiança para o investimento em Portugal a fim de que a nossa economia volte a crescer. Esta é uma medida que vai gerar também essa confiança, a par das que anunciei hoje e de outras, que serão desenvolvidas pelo Sr. Ministro da Economia, durante a próxima semana.

A terminar, queria apenas sublinhar este ponto: não há alternativas à política do Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo sai, hoje, daqui mais reforçado com a confiança da maioria para dar um sinal de confiança e de esperança na economia aos empresários, aos trabalhadores portugueses,...

Protestos do PS.

... a todos os nossos compatriotas, que esperam melhores tempos do que os que tiveram durante a desgovernação socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Coelho para defender a sua honra. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. Jorge Coelho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, tendo referido, relativamente à área da Administração Pública, aquilo que referiu, gostaria de lhe dizer, com muita clareza, que, chegados ao governo em 1995 e encontrado uma situação criada pelo governo de que V. Ex.^a fazia parte, em que havia 42 000 pessoas, na maioria jovens, que se encontravam numa fase de insegurança e intranquilidade quanto ao seu futuro,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... eu, o Professor Sousa Franco e o Eng.^o António Guterres temos muito orgulho e muita honra em termos resolvido os problemas desses 42 000 cidadãos, os quais não só passaram a ter uma vida melhor mas também criaram condições para, por serem mais jovens, se pôr a Administração Pública a funcionar melhor!

Aplausos do PS.

E refira-se, Sr. Primeiro-Ministro, que tinham sido contratados pelo governo de que V. Ex.^a fazia parte!

O Sr. António Costa (PS): — Exactamente!

O Orador: — Em segundo lugar, quero dizer-lhe que vejo que temos dois caminhos distintos, e isso não tem mal algum.

Enquanto nós entendemos que o caminho que deve ser seguido é aquele que percorremos, ou seja, o de criar condições para que as pessoas possam ter uma vida mais digna, uma vida com um futuro melhor e que os serviços possam ser melhor prestados, o caminho que segue o Governo

de V. Ex.^a é um caminho de cegueira, é um caminho que não tem em atenção as expectativas das pessoas.

Mais: V. Ex.^a comprometeu-se, na campanha eleitoral, em criar condições para que os portugueses tivessem mais emprego do que tinham no passado. Porém, desde que V. Ex.^a entrou no Governo, ainda não parou de subir o desemprego em Portugal.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, digo-lhe, com total serenidade — e peço-lhe mesmo que não se crispe com isto, porque senão estraga toda a estratégia que trouxe para este debate e não há razões para isso! — que temos muito orgulho naquilo que fizemos bem e que tentamos sempre criar condições para, no futuro, corrigir aquilo que fizemos menos bem.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não foi o caso!

O Orador: — Mas há uma coisa de que temos a certeza: é que o caminho que o Governo de V. Ex.^a está a seguir não é o nosso caminho! O nosso caminho é o de combater aquilo que consideramos que os senhores fazem errado e procurar, com as nossas alternativas, com a luta que queremos travar juntamente com os portugueses, uma sociedade melhor, mais solidária e um País mais desenvolvido.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para dar explicações.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Coelho, mas que contradição, Sr. Deputado!

V. Ex.^a começou por dizer que, quando estava no governo, começou por resolver um problema que tinha sido lançado pelo anterior governo, o governo do PSD, que tinha colocado não sei quantas dezenas de milhares de contratados a prazo.

O Sr. Jorge Coelho (PS): — É mentira?!

O Orador: — Mas, segundo dizem agora, VV. Ex.^{as} deixaram dezenas de milhares de contratados a prazo!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Mais!

O Orador: — Então, como é?!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Nascem como cogumelos!

O Orador: — Então, VV. Ex.^{as} resolveram ou não o problema? VV. Ex.^{as}, na realidade, mantiveram o problema! Na realidade, conseguiram inflacionar os quadros da Administração Pública, levando-a ao descontrolo conhecido, impossibilitando, aliás, uma melhoria sustentada dos vencimentos dos funcionários públicos, através dessa criação artificial de emprego a que procederam,...

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Ah!...

O Orador: — ... e deixaram um problema que queriam, agora, que o Governo resolvesse no mesmo sentido que VV. Ex.^{as} resolveram.

Protestos do PS.

Mas nós não vamos pelo mesmo caminho de VV. Ex.^{as}!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — Além do mais, V. Ex.^a diz que, em relação ao desemprego, podem honrar-se dos resultados. Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Jorge Coelho, que de Abril do ano passado a Abril deste ano o desemprego aumentou 20%.

Vozes do PS: — Qual é a taxa?!

O Orador: — Os sinais, na economia portuguesa, que VV. Ex.^{as} deixaram são bastante graves, e nós estamos, numa situação de emergência, a tentar corrigir e a inverter a situação.

Ao fim de seis anos, vir aqui falar com essa auto-suficiência, com esse contentamento... Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Jorge Coelho, que o Partido Socialista parece mesmo a «turma dos repetentes»:...

Risos do PSD e do CDS-PP.

... chumbaram nos exames, mas continuam a querer dar-nos lições!

Risos e aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegámos ao fim dos trabalhos.

O Sr. António Costa (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado? É que não constava da lista dos oradores.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, uma vez que ainda disponho de tempo, gostava de fazer uma declaração que, por lapso, não fiz há pouco.

Nos termos do Estatuto dos Deputados, e para que fique registado no *Diário da Assembleia da República*, o único património mobiliário de que sou titular é precisamente um lote mínimo de acções numa sociedade anónima desportiva, a que me referi há pouco numa intervenção anterior.

Risos do PS.

O Sr. Presidente: — Fica registado, Sr. Deputado. Não creio é que contribua muito para o grande valimento do seu património. Mas, enfim...!

Risos.

Porém, para o seu brio benfiquista, com certeza que tem imenso valor!

Risos.

Srs. Deputados, a próxima sessão plenária realiza-se quarta-feira, dia 5, às 15 horas, e a ordem do dia será preenchida com a discussão — trata-se de um agendamento potestativo — do projecto de lei n.º 38/LX — Reforma a tributação do património, aprovando o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, alterando o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Beneficiários Fiscais e diversa legislação avulsa, extinguindo o imposto municipal de sisa e o imposto sobre as sucessões e doações (BE).

Desejo a todos um bom fim-de-semana e um bom começo do campeonato do mundo do futebol.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

Nelson Madeira Baltazar

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Henrique José Monteiro Chaves
José Manuel Carvalho Cordeiro
José Manuel Pereira da Costa
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Salvador Manuel Correia Massano Cardoso

Partido Socialista (PS):

Alberto Marques Antunes
Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel Maria Ferreira Carrilho

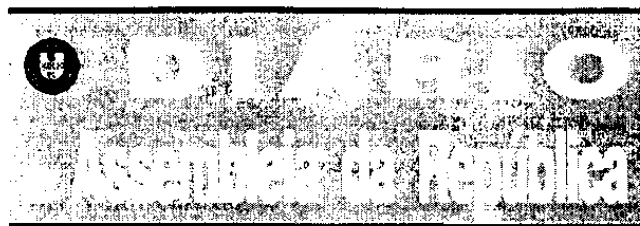
Partido Popular (CDS-PP):

Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
Manuel de Almeida Cambra

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Luísa Raimundo Mesquita
Maria Odete dos Santos

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,60